

CYNTHIA APARECIDA GONÇALVES

**AS CONDIÇÕES DE REINserÇÃO DE IDOSOS NO MERCADO DE
TRABALHO NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para a obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS-BRASIL
2015

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

G635c
2015

Gonçalves, Cynthia Aparecida, 1989-

As condições de reinserção de idosos no mercado de
trabalho no Brasil sob uma perspectiva de gênero / Cynthia
Aparecida Gonçalves. – Viçosa, MG, 2015.

xvi, 88f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.66-78.

1. Mercado de trabalho. 2. Idoso - Emprego.

I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia
Doméstica. II. Título.

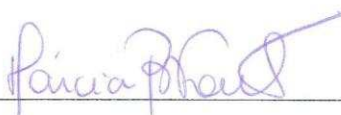
CDD 22. ed. 331.398

CYNTHIA APARECIDA GONÇALVES

**AS CONDIÇÕES DE REINserÇÃO DE IDOSOS NO MERCADO DE
TRABALHO NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

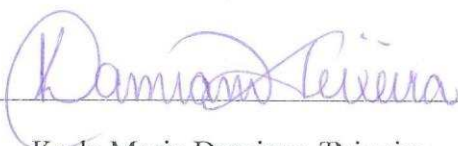
APROVADA: 24 de Fevereiro de 2015.



Márcia Barroso Fontes



Maria das Dores Saraiva de Loreto



Karla Maria Damiano Teixeira
(Orientadora)

Aos meus amados pais, Isabel e José, pelo amor incondicional, apoio e ensinamentos. Ao meu irmão Fellipe por sempre acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade da vida, por tantas graças e bênçãos recebidas ao longo dessa caminhada.

Aos meus queridos pais, Isabel e José, pelo amor, carinho, apoio e por todos os ensinamentos e confiança que sempre depositaram em mim, pela presença em todos os momentos da minha vida, e por nunca medirem esforços para me ajudar a realizar os meus sonhos.

O meu amado irmão Fellipe, por acreditar em mim, e me apoiar sempre. Você é muito importante na minha vida, assim como a Emanuelle.

As minhas avós Isaura Dini e Euvira Gonçalves pelo amor, carinho e orações.

Aos meus familiares, pelo carinho e preocupação.

A minha orientadora, professora Karla Maria Damiano Teixeira, pelo muito que contribuiu para a realização de tantos sonhos! Muito obrigada pelo aprendizado, carinho, paciência, disponibilidade e dedicação durante esses anos.

A professora Neuza Maria da Silva por compartilhar comigo sua sabedoria.

As professoras Márcia Barroso Fontes e Maria das Dores Saraiva de Loreto, pelas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Agradeço também aos demais professores e funcionários do Departamento de Economia Doméstica, pela atenção e prestatividade.

Aos amigos de mestrado pela convivência e aprendizado. Em especial a Rose, Andressa, Álvaro, Claudia, Ricardo e Alessandra, pelas contribuições nesta pesquisa.

As minhas amigas da república Luana, Camila, Mari, Amariles, Brunna e Luisa pelos momentos de descontração.

Agradeço também a Lucíola, Mirelly, Francismara, Raquel, Luciana, Marli, Karen, Nayhara, Igor e Matheus.

A Universidade Federal de Viçosa, pela acolhida e ensinamentos, ao longo da graduação e pós-graduação.

A Capes pelo auxílio financeiro para a realização desta pesquisa.

A todos, o meu muito obrigada!

BIOGRAFIA

Cynthia Aparecida Gonçalves, filha de José Maria Gonçalves e Isabel Aparecida Ribeiro Gonçalves, nasceu em Astolfo Dutra, Minas Gerais, em 04 de novembro de 1989.

Em Março de 2008, ingresso no curso de graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa – UFV na cidade de Viçosa-MG.

Durante a graduação atuou em projetos de pesquisa e extensão. Foi bolsista de Iniciação Científica do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no Programa CooperAção Social: políticas de combate à pobreza e geração de trabalho e renda como meios de inclusão social. Atuou como bolsista da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais no Projeto Sustentabilidade socioambiental e inclusão social: ações de combate à vulnerabilidade social e geração de renda para os catadores de materiais recicláveis.

Participou como voluntária no projeto de extensão intitulado: Percepção dos cuidadores de idosos quanto à administração de sua vida pessoal, familiar e social. Estagiou na EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e na Prefeitura Municipal de Viçosa, no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. Foi membro do Centro Acadêmico - Gestão Foco e Ação de Economia Doméstica por um ano. Exerceu atividades de monitoria, na qualidade de Monitor I da disciplina ECD-343 Projeto de Interiores Residenciais I.

Em novembro de 2012, graduou-se Bacharela em Economia Doméstica.

Em março de 2013 ingressou no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Economia Doméstica, em nível de Mestrado atuando na linha de pesquisa “Família, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social”.

Em fevereiro de 2015, submeteu-se à defesa de Dissertação, obtendo o título de Magister Scientiae em Economia Doméstica.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	iv
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização do Problema e Justificativa.....	4
1.2. Objetivo Geral.....	7
1.3. Objetivos Específicos.....	7
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1. O Processo de Envelhecimento Populacional.....	8
2.2. O Idoso Aposentado no Mercado de Trabalho.....	11
2.3. Gênero como Abordagem Analítica.....	16
3. METODOLOGIA.....	19
3.1. Caracterização da pesquisa.....	19
3.2. Fonte de dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD.....	19
3.3. Universo da Análise.....	22
3.4. Forma de Análise dos Dados.....	23
3.5. Categorias de Análise.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
4.1. O perfil socioeconômico dos idosos.....	30
4.2. Tipo de Atividade Econômica.....	37
4.2.1. A Reinserção do Idoso no Mercado de Trabalho segundo o Gênero.....	37
4.2.2. Rendimentos.....	47
5. CONCLUSÕES.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
APÊNDICE.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAPAR – Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPES – Instituto de Pesquisa e Ensino em Saúde

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada

OMS – Organização Mundial de Saúde

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PDA – Personal Digital Assistant

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

STATA – Data Analysis and Statistical Software

UFV – Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo cor ou raça em 2002 e 2012.....	33
Tabela 2 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo cor ou raça e gênero em 2002 e 2012.....	33
Tabela 3 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo a condição na unidade domiciliar em 2002 e 2012.....	34
Tabela 4 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo a condição na unidade domiciliar e o gênero em 2002 e 2012.....	35
Tabela 5 – Distribuição e frequência da posição na ocupação no trabalho dos idosos segundo a condição do gênero em 2002 e 2012.....	39
Tabela 6 – Distribuição e frequência da posição na ocupação no trabalho principal segundo a condição do gênero em 2002 e 2012.	42
Tabela 7 – Distribuição e frequência do tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal segundo a condição do gênero em 2002 e 2012.....	45
Tabela 8 – Número de horas normalmente trabalhadas por idosos reinseridos no trabalho principal, em 2002 e 2012.	47
Tabela 9 – Teste t para diferenças no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.....	48
Tabela 10 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	48
Tabela 11 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.....	49
Tabela 12 – Teste t para diferenças no valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.....	49

Tabela 13 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	50
Tabela 14 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.....	51
Tabela 15 – Teste t para diferenças do rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.....	52
Tabela 16 – Teste t para diferenças de gênero do rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	52
Tabela 17 – Teste t para diferenças de gênero do rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.....	53
Tabela 18 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	54
Tabela 19 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	54
Tabela 20 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.....	55
Tabela 21 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de rendimento de outro tipo de aposentadoria dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	56
Tabela 22 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	56

Tabela 23 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de outro tipo de pensão dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	57
Tabela 24 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de outro tipo de pensão dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	57
Tabela 25 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de aluguel dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	58
Tabela 26 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de aluguel dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	58
Tabela 27 – Teste t para diferenças no valor de rendimento de doação de não morador dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	59
Tabela 28 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de doação de não morador dos idosos reinseridos em 2002.....	59
Tabela 29 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	60
Tabela 30 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos dos idosos reinseridos em 2002 e 2012.....	60
Tabela 31 – Perfil socioeconômico dos idosos reinseridos no mercado de trabalho em 2002 e 2012.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – 1 Distribuição da idade em relação ao gênero dos idosos reinseridos. Brasil, 2002/2012.....	32
Gráfico 2 – Distribuição do nível de escolaridade em relação ao gênero dos idosos reinseridos no mercado de trabalho. Brasil, 2002/2012.....	36
Gráfico 3 – Distribuição da posição de ocupação no trabalho dos idosos reinseridos. Brasil, 2002/2012.....	38
Gráfico 4 – Distribuição da posição de ocupação no trabalho principal dos idosos reinseridos. Brasil, 2002/2012.....	41
Gráfico 5 – Distribuição do Tipo de Estabelecimento ou onde era exercido o Trabalho Principal dos idosos reinseridos. Brasil, 2002/2012.....	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Brasil 2000 e 2010.....	10
--	----

RESUMO

GONÇALVES, Cynthia Aparecida, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Fevereiro de 2015. **As condições de reinserção de idosos no mercado de trabalho no Brasil: sob uma perspectiva de gênero.** Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira.

O aumento do número de indivíduos em idade ativa contribuiu para o aumento das riquezas do Brasil na medida em que essas pessoas são absorvidas pelo mercado de trabalho. A inserção nesse mercado é importante para a melhoria da qualidade de vida do idoso e de sua família, principalmente por proporcionar aumento da renda e consequente incremento do seu poder aquisitivo, influenciando no consumo e nas transferências inter e intrafamiliares; sendo também relevante para sua autoestima, autonomia e independência; bem como para a sociedade; e, para o mercado de trabalho. Em face ao contexto exposto o objetivo geral do estudo constituiu em caracterizar, comparativamente, as condições de reinserção dos idosos no mercado de trabalho, nos anos de 2002 e 2012, segundo o gênero. A pesquisa teve caráter quantitativo, sendo classificada como exploratório-descritiva, com corte transversal. Os dados foram extraídos dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002 e 2012, a fim de se estabelecer uma comparação. O universo de análise foi constituído pelos idosos que se reinseriram no mercado de trabalho. Os dados foram extraídos, com o auxílio do software Stata 12.0. Os resultados permitiram constatar que os homens representaram, em 2002, 74,01% dos indivíduos reinseridos e, em 2012, 67,80%, o que evidencia a não reinserção ou a saída precoce da mulher no mercado de trabalho. No que diz respeito à raça, a maioria dos trabalhadores, em 2002 e 2012, se autodeclarou brancos e pardos. Em relação à sua condição na unidade domiciliar, observou-se que, em ambos os anos, predominou a pessoa de referência, seguido do cônjuge; e outro parente; e, em proporções inferiores, encontraram-se as condições de filho, empregado doméstico, agregado e pensionista. No que se refere à região de residência a maioria residia na região Sudeste; seguido da região Sul; Nordeste; Norte; e, Centro-Oeste. Em relação ao nível de escolaridade, foi possível observar que grande parte dos idosos possuía o ensino fundamental. Os que sabiam ler e escrever representaram 79,05% e 86,7%, respectivamente. Na análise da posição de ocupação no trabalho, foi constatado que a ocupação por conta-própria apresentou a maior percentagem, seguida do empregado. Na posição de ocupação no trabalho principal os idosos que trabalhavam

por conta-própria constituíram 48%, em 2002, e 44,05%, em 2012. Na análise as diferenças de gênero das horas trabalhadas por semana, evidenciou-se que, em ambos os anos pesquisados, as mulheres foram a maioria no trabalho com até 20 horas e os homens no trabalho entre 21 e 40 horas. Nas variáveis do valor do rendimento mensal do trabalho principal, valor do rendimento mensal de todos os trabalhos, e do rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, constatou-se que, em 2002, os homens recebiam mais rendimentos que as mulheres; entretanto, em 2012, essa realidade mudou, pois os gêneros recebiam igualmente. Já na análise do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de outro tipo de aposentadoria, rendimento de outro tipo de pensão, rendimento de aluguel, rendimento de doação de não morador e rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos, homens e mulheres reinseridos recebiam igualmente em 2002 e em 2012. Conclui-se com esse estudo, que os idosos buscam cada vez mais, permanecer ativos por mais tempo. Há uma tendência de se aumentar o número de idosos reinseridos no mercado de trabalho, para ambos os sexos. Esse fenômeno pode ser explicado pelo aumento da longevidade; pela melhor qualidade de vida proporcionada pelo desenvolvimento da medicina e do acesso a informação; pela necessidade financeira própria ou para ajudar parentes, como filhos e netos; dentre outros.

ABSTRACT

GONÇALVES, Cynthia Aparecida, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2015. **The elderly reintegration conditions in the labor market in Brazil: from a gender perspective.** Advisor: Karla Maria Damiano Teixeira.

The increase in the number of individuals in working age contributes to the increase in wealth for Brazil, to the extent that these people are absorbed by the labor market. Entering this market is important to improve the quality of life of the elderly and their families, especially by providing increased income and a consequent increase in their purchasing power, influencing consumption and inter and intra-family monetary transfers; being also relevant to their self-esteem, autonomy and independence; to society; and, to the labor market dynamics. Considering this context, the general objective of the study consisted in characterizing, comparatively, the conditions of reintegration of the elderly in the labor market, for the years 2002 and 2012, with a gender approach. The research had a quantitative nature, classified as exploratory, descriptive, and cross-sectional. Data was extracted from the National Household Sample Survey (PNAD) of 2002 and 2012, in order to make the comparison. The universe of analysis was composed of elders who re-entered in the labor market after being retired. Statistical analyses was developed with Stata 12.0. The results showed that men represented, in 2002, 74.01% of reintegrated individuals and, in 2012, 67.80%, which demonstrates the absence of reintegration or the early exit of women in the labor market. With regard to race, most workers in 2002 and 2012, self-declared themselves as being white and brown colored. In relation to its condition at the housing unit, in both years predominated elderly heads, followed by the spouses; and other relatives; and, in smaller proportions, offspring, domestic worker, household and boarder. Regarding region of residence, most resided in the Southeast; followed by the South; Northeast; North; and Midwest. In relation to schooling, it was observed that many elderly people had basic education. Those who could read and write accounted for 79.05% and 86.7%, respectively. In the analysis of occupation position at work, it was found that the self-employed occupation had the highest representation, followed by the employee category. Self-employed constituted 48% of the elderly in 2002 and 44.05% in 2012. When analyzing gender differences in hours worked per week, it became clear that for both survey samples, women were at work up to 20 hours and men at worked between

21 and 40 hours per week. For the values of monthly income of primary job, monthly income of all jobs, and social security income or the federal government aid, it was found that in 2002, men earned more income than women did; however, in 2012, that changed because there was no statistical differences among incomes received by men and women. In the analysis of income from social security or federal government, other type of retirement income and other type of pension, rental income, not resident donation yield, savings account interest and other investments, dividends, social programs and other income, there was also no difference for income received between sexes. We conclude that older people are increasingly seeking to remain active for longer in the labor market. There is a tendency for the number of elderly reinserted in the labor market to increase, for both sexes. This phenomenon can be explained by increased longevity; better quality of life provided by the development of medicine and access to information; and by personal financial need or to help relatives financially, as children and grandchildren; among others.

1. INTRODUÇÃO

O aumento do número de pessoas idosas¹, comparativamente ao de crianças e jovens, é um fenômeno mundial. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o aumento da expectativa de vida é consequência dos avanços tecnológicos relacionados à área da saúde, que começaram a ocorrer, principalmente, a partir da década de 1940, como o desenvolvimento de vacinas, de antibióticos e de quimioterápicos que propiciam a prevenção ou cura de várias doenças (MENDES et al., 2013).

Atrelado ao aumento da expectativa de vida, tem-se a redução da taxa de fecundidade², iniciada no Brasil a partir de 1960, ocasionada por diversos fatores, podendo-se citar as migrações do campo para a cidade, que representou uma perda para a população rural (CARVALHO; GARCIA, 2002). Segundo Carvalho e Brito (2005), o acelerado aumento populacional, somado à estagnação em grande parte das áreas rurais e à modernização agrícola patrocinada pelas políticas públicas nos anos de 1970, propiciaram uma mudança maciça da população rural para as cidades, sobretudo para os grandes centros urbanos, acelerando o processo de urbanização a taxas historicamente inéditas. Esse aumento da expansão da urbanização ocasionou mudanças nas relações familiares, influenciando, principalmente, na redução do número de filhos, não mais necessários para ajudar nos trabalhos do campo (CERQUEIRA, 2015).

Os gastos cada vez mais elevados com a criação dos filhos, especialmente com escolas, creches, hospitais e transporte, também influenciaram na decisão das famílias sobre o número de filhos. As mulheres das classes média e alta, principalmente aquelas que vivem em centros urbanos, são as que possuem o menor número de filhos. Porém, essa característica está se expandindo para as demais classes sociais (CERQUEIRA, 2015). Para Cavalcante (2015), a redução da fecundidade também está associada à renda e ao nível de escolaridade.

¹ A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) estabelece como idoso, o indivíduo que possui 65 anos ou mais de idade para os indivíduos de países desenvolvidos e 60 anos ou mais para indivíduos de países em desenvolvimento. Para fins dessa pesquisa, é considerado idoso aquele indivíduo com idade superior a 60 anos, como definido pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003) e pela OMS (2015).

² A taxa de fecundidade é o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher tem ao longo de sua vida reprodutiva (CERQUEIRA, 2015).

A educação sexual, o conhecimento sobre o uso dos métodos contraceptivos, como preservativos, diafragma, pílula anticoncepcional, dentre outros; o planejamento familiar; além de maior participação da mulher no mercado de trabalho são outros aspectos que contribuem para a diminuição da taxa de fecundidade no país (MENDES et al., 2013; CERQUEIRA, 2015). A ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho formal e o adiamento da maternidade são fatores que ocorrem em paralelo, sendo resultantes do aumento do nível educacional feminino e da maior urbanização do país (ASSIS, 2015).

A redução da fecundidade e maior expectativa de vida contribuem para a tendência do envelhecimento populacional, que é confirmada pelo aumento do percentual da população de idosos. De acordo com Vianna (2015), na América do Sul, em 2010, os países que apresentaram os mais altos índices de envelhecimento demográfico foram o Uruguai, onde o número de pessoas com idade acima de 60 anos representa 18,5% da população total, seguido da Argentina (14,6%), Chile (13,1%) e Brasil (10,8%).

Camarano e Medeiros (1999) destacam que em 1940, a população de idosos no Brasil era estimada em 4%. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1991, 4,8% da população brasileira era constituída por idosos; em 2000, este percentual correspondia a 5,9%; e, em 2010, 7,8% (IBGE, 1991, 2000, 2010). Recentes projeções para 2025 estimam que a população brasileira será constituída por aproximadamente 32 milhões de pessoas com idade acima de 60 anos. Entre 1950 a 2025 a quantidade de idosos no país aumentará 15 vezes. Sendo assim, o Brasil ocupará o sexto lugar no ranking dos países com indivíduos que possuem mais de 60 anos (PORTAL BRASIL, 2015).

Em 1980, havia aproximadamente 16 idosos para cada 100 crianças (de 0 a 14 anos), enquanto em 2000, essa relação teve aumento de 30 idosos por 100 crianças, praticamente dobrando em 20 anos (MENDES et al., 2013). Segundo dados do IBGE (2015) essa proporção era de 24,7 idosos para cada 100 crianças no ano de 2008, sendo que projeções para o ano de 2050 apontam que para cada 100 crianças existirão 172,7 idosos.

O aumento da expectativa de vida da população afetou intensamente a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), com a crescente e significativa participação dos segmentos mais velhos, em particular das pessoas com idade acima de 60 anos, acarretando a diminuição da participação dos mais jovens

(ARENOSA, 2008). O número de idosos no mercado de trabalho aumentou 65% no período de 2000 a 2010, passando de 3,3 milhões para 5,4 milhões, representando 11% da PEA. O aumento foi registrado em todas as regiões do Brasil e, entre os estados que lideraram o ranking, estavam o Distrito Federal (151%), Amapá (135%) e Santa Catarina (104,7%), conforme dados do IBGE (2015).

Em projeções para 2050, os idosos representarão 49% da PEA. Estima-se que também que até 2020 esse segmento da população será responsável pelo aumento anual de 2,4 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil (IBGE, 2010, 2012).

Essa situação revela a alteração na situação de dependência do idoso, como apontada pela literatura, que mostra a pessoa idosa como um indivíduo dependente, carente de apoio dos membros da família e das instituições para viver e se sustentar economicamente. Entretanto, estudos recentes mostram que essa situação de dependência está se alterando. Em uma pesquisa realizada com mais de 1,5 mil pessoas com idade entre 60 e 104 anos, constatou-se que 81% eram independentes, 56% liam jornais e revistas e 45% praticavam atividades físicas (SOMATÓRIO, 2015). Esses resultados foram coerentes com o trabalho desenvolvido por Areosa e Bulla (2008), mostrando que os idosos pesquisados eram independentes, autônomos e, que, apesar da idade avançada, mantinham a condição de provedor da família.

De acordo com Ramos et al. (2008), cada vez mais as pessoas idosas precisam ou querem se manter no mercado de trabalho, situação que parece se distanciar do previsto para os indivíduos dessa faixa etária, pois a sociedade, de forma geral, espera que eles se encaminhem para a aposentadoria e para o afastamento do mundo laboral. Segundo Feliz (2012), o número de idosos com idade entre 60 e 80 anos que continuam trabalhando com carteira assinada ou no mercado informal constituiu 78%, em 2010. Ramos et al. (2008) ressaltam que muitos idosos, apesar de estarem aposentados, continuam trabalhando por conta própria, fazendo trabalhos temporários, uma vez que precisam complementar a renda familiar, para manterem o mesmo padrão de vida conquistado, ou mesmo, por desejarem fugir do estigma de improdutivos, inválidos e dependentes, mantendo, assim, um status social. Dessa forma, há uma modificação no papel social de muitos idosos, que deixam de ser assistidos para serem provedores.

1.1 Contextualização do Problema e Justificativa

No âmbito internacional encontram-se várias investigações sobre a inserção dos idosos no mercado de trabalho. Entretanto, no Brasil tais estudos ainda são escassos. Os fatores enfatizados pela literatura como mais importantes para a participação dos idosos no mercado de trabalho relacionam-se às condições de saúde, educação, expectativa de vida, idade, posição na família e renda domiciliar (QUEIROZ et al., 2012).

O aumento do número de indivíduos em idade ativa contribui para o aumento das riquezas do Brasil, na medida em que essas pessoas são absorvidas pelo mercado de trabalho (AGOSTINHO; MÁXIMO, 2006). O aumento do emprego, o crescimento da formalização dos contratos de trabalho e o maior valor do salário mínimo repercutem na absorção dos indivíduos pela atividade econômica, na composição das ocupações e no rendimento das pessoas ocupadas, ocasionando o crescimento da economia e a ampliação da massa total de rendimentos do trabalho (LEONE; BALTAR, 2010).

A inserção do idoso no mercado de trabalho é importante para a melhoria de sua qualidade de vida e de sua família por proporcionar aumento da renda e consequente incremento do poder aquisitivo, influenciando no consumo; na autoestima, autonomia e independência, das pessoas idosas.

O consumo de bens e serviços por pessoas com mais de 60 anos em distintos arranjos familiares no país ainda é pouco investigado entre os pesquisadores das Ciências Sociais (MELO, 2013). Entretanto, para França, (2010), o idoso possui grande importância na economia brasileira e constitui um segmento promissor com extenso potencial para o consumo, tendência notada especialmente pelas indústrias do turismo, saúde, beleza, tecnologia e do comércio eletrônico. Sena, et al. (2007), enfatizam que os gastos dos idosos têm aumentado em relação ao cuidado do corpo e seu bem-estar físico, como por exemplo, comprando roupas e realizando cirurgia plástica facial; comprando brinquedos de adultos; frequentando camping; e, inscrevendo-se em programas de férias com aventura. Em 2010, os idosos representavam 17% do poder de compra no país, como apontado na pesquisa desenvolvida pelo GfK Brasil (FRANÇA, 2010).

Com o aumento da longevidade e maior poder aquisitivo, os idosos procuram produtos e serviços para satisfazer suas necessidades primárias e psicossociais, isto é, necessidade de serem aceitos em determinado grupo, status, prestígio, dentre outros. A pesquisa desenvolvida pela Associação Nacional das Empresas de Pesquisa de Mercado

apontou que os idosos residentes das regiões metropolitanas do Brasil são consumidores assíduos, buscam produtos, bens e serviços de qualidade e costumam dar preferência às lojas onde são bem atendidos (CONTO, 2009, apud MELO, 2013). Os idosos estão mais atualizados, buscando e exigindo novos serviços e produtos, viajando para diversos lugares, passeando e consumindo (SIEVERT; VIEIRA, 2015).

O aumento do poder aquisitivo também faz com que o idoso seja importante para as transferências inter e intrafamiliares. As pesquisas desenvolvidas por Cruz, et. al., (2003), Souza, et al., (2007), e Guedes, et. al., (2009) apontaram que as pessoas com idade superior a 60 anos transferiam recursos aos filhos e netos. Os idosos dispõem de ativos acumulados durante sua fase ativa, de recursos produzidos e transferidos por outros adultos ou ainda de operações de crédito efetuadas através do mercado (GUEDES, et. al., 2009).

A participação dos idosos vai além da renda direta, pois, em diversos casos, ao cederem espaço da sua residência para os filhos e netos, ocorre a redução dos encargos dos membros familiares mais jovens. Os idosos, nas famílias de baixa renda, oferecem oportunidades, às crianças ou jovens, tanto de estudo, quanto de passeios ou compra de bens, como roupas, doces e demais alimentos, que os pais não possuem condições de comprar. Muitas vezes os idosos ajudam a complementar a renda dos filhos, principalmente em situações críticas como, por exemplo, o desemprego (COUTRIM et al., 2007).

O estudo realizado pelo grupo de Pesquisa Socioeconômica da Grande ABC, em 2011, constatou o crescimento na proporção de domicílios onde o idoso é o chefe de família. Em 2002, esse grupo representava 24,5%; em 2006, 30,3%; em 2009, 30,1%; e, em 2011, 36,8% (INPES, 2015). Em outra pesquisa, realizada pelo grupo Longevidade Brasil, em 2009, com cerca de 2 mil idosos das classes A, B e C, residentes em seis cidades brasileiras, constatou-se que quatro em cada cinco idosos eram os principais responsáveis pelo sustento familiar, em que a aposentadoria representa grande peso na renda da família. A pesquisa ainda apontou que, na classe A, 80% sustentavam os lares; 76%, na classe B; e, 82%, na C (CIMIERI, 2009). Dessa forma, há um aumento da renda familiar e maior poder de compra, proporcionando uma situação financeira mais tranquila e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos membros familiares.

Além disso, a convivência com os idosos também permite a transmissão de conhecimentos, fato que Oliveira (1993) denominou de conhecimentos dos mais velhos transmitidos aos mais jovens.

Para Vitale (2000), os idosos se esforçam para transmitir aos jovens legados de ordem, como responsabilidade, organização e educação; aspectos solidários referentes aos sentimentos, como amor, amizade, senso de justiça, colaboração e respeito; e os legados da fé, que são concernentes à fé e à religiosidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008) enfatiza que os idosos transmitem práticas tradicionais, conhecimento e experiências. Segundo Cachioni e Aguilar (2008), a transmissão dos conhecimentos é favorecida pelo convívio e ocorre tanto em ambientes educacionais como do exercício profissional. Grudzinski et al. (2013) abordam que, no mercado de trabalho, a transferência de conhecimento entre as gerações é um fator importante para o futuro das empresas, pois os trabalhadores idosos podem auxiliar a elevar o perfil de competências da força de trabalho e, assim, colaborar para a produtividade, inovação e mudança.

De acordo com Gusso (2010), a reinserção dos idosos no mercado de trabalho, conduz a uma maior independência e autonomia, além de proporcionar melhor alimentação e aumento da diversão. Uma das questões fundamentais que influenciam positivamente o dia a dia do idoso é a autonomia, que diz respeito à capacidade de gerir a própria vida, tomar decisões e fazer escolhas, permitindo ao idoso uma vida ativa e com maior independência; ou seja, possuir capacidade de realizar atividades cotidianas sem auxílio de terceiros (TREZZA, 2011).

No Brasil e no mundo diversas pesquisas que tratam da desigualdade de gênero, geralmente, abordam o desenvolvimento como condição para o progresso feminino. Recentemente, vários estudos passaram a apontar a importância da autonomia feminina para o desenvolvimento (ALVES E CAVENAGHI, 2013).

Segundo Duflo (2011) o empoderamento feminino está positivamente relacionado com o desenvolvimento econômico, sendo que um fenômeno reforça o outro, pois o desenvolvimento atribui um papel importante na redução da desigualdade entre homens e mulheres, em outra direção, o empoderamento das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento. A transição demográfica, mudanças na estrutura etária, alterações nos padrões familiares e nas formas de convivência dos arranjos domiciliares são elementos que acompanham e reforçam as demais transformações sociais. Assim, vem ocorrendo a transição de uma sociedade patriarcal para uma sociedade pós-

patriarcal, caracterizada por mudanças significativas nas relações de gênero, com maior autonomia e empoderamento das mulheres (ALVES E MARTINE, 2010).

Durante a maior parte do século XX, o Brasil conviveu com os princípios discriminatórios e patriarcais do Código Civil de 1916. Apenas com a Constituição Federal de 1988 consagrou-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental (ALVES E CAVENAGHI, 2013).

Nesse contexto, problematiza-se sobre as condições de reinserção de idosos mercado de trabalho, e em especial, sobre as desigualdades de gênero.

Ou seja, tendo em vista que a população de idosos aumenta progressivamente e ocorre a ampliação da PEA, tem-se os seguintes questionamentos: quem são os idosos que retornam ao mercado de trabalho formal? Como se deu sua inserção? Há diferenças em relação ao gênero do idoso?

Considera-se que essa pesquisa se faz importante pois se diferencia das análises tradicionais do mercado de trabalho, uma vez que seu foco principal é analisar a inserção ou reinserção do idoso no mercado de trabalho, como um indicador de sua autonomia e independência, o que interfere nas relações familiares na medida em que os idosos passam da condição de dependentes para a de provedores da família. Estudos dessa natureza também podem contribuir para o planejamento de políticas públicas voltadas para melhorias da qualidade de vida da população idosa trabalhadora.

1.2. Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é caracterizar, a dinâmica das condições de reinserção do idoso no mercado de trabalho, considerando a perspectiva o gênero.

1.3. Objetivos Específicos

Especificamente, buscou-se:

- Delinear o perfil socioeconômico e demográfico do idoso, comparando os anos de 2002 e 2012;
- Analisar, comparativamente, as variações nas taxas de reinserção do idoso no mercado de trabalho, de acordo com características sociodemográficas e econômicas;
- Analisar, comparativamente, o tipo de atividade econômica e os rendimentos de idosos, segundo a perspectiva gênero.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão bibliográfica foi centrada nos seguintes tópicos: O Processo de Envelhecimento Populacional, o Idoso Aposentado no Mercado de Trabalho e Gênero como Abordagem Analítica.

2.1. O Processo de Envelhecimento Populacional

O processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem é o envelhecimento, constituído por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular e pode atingir todos os indivíduos (MENDES et al., 2013). É caracterizado como um processo dinâmico, progressivo e irreversível, vinculado intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais (BRITO; LITVOC, 2004). Para Caetano (2006), o processo de envelhecimento pode variar de acordo com cada pessoa, sendo gradativo para uns e mais acelerado para outros.

Agostinho e Máximo (2006) definem o processo de envelhecimento populacional como um fenômeno sociodemográfico, sendo um efeito do resultado direto da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade.

Para se compreender o processo de envelhecimento da população no Brasil, é preciso analisar as altas taxas de fecundidade nas décadas de 1950 e 1960, que determinaram um grande contingente de crianças e jovens naquele período. A partir do momento em que esses percentuais começaram a diminuir depois da década de 1970, a reposição de jovens reduziu, o que, agregado à diminuição dos índices de mortalidade geral e da própria população idosa, deu início a um aumento dos indivíduos mais velhos em relação à população total do país (CAMARANO et al., 2004).

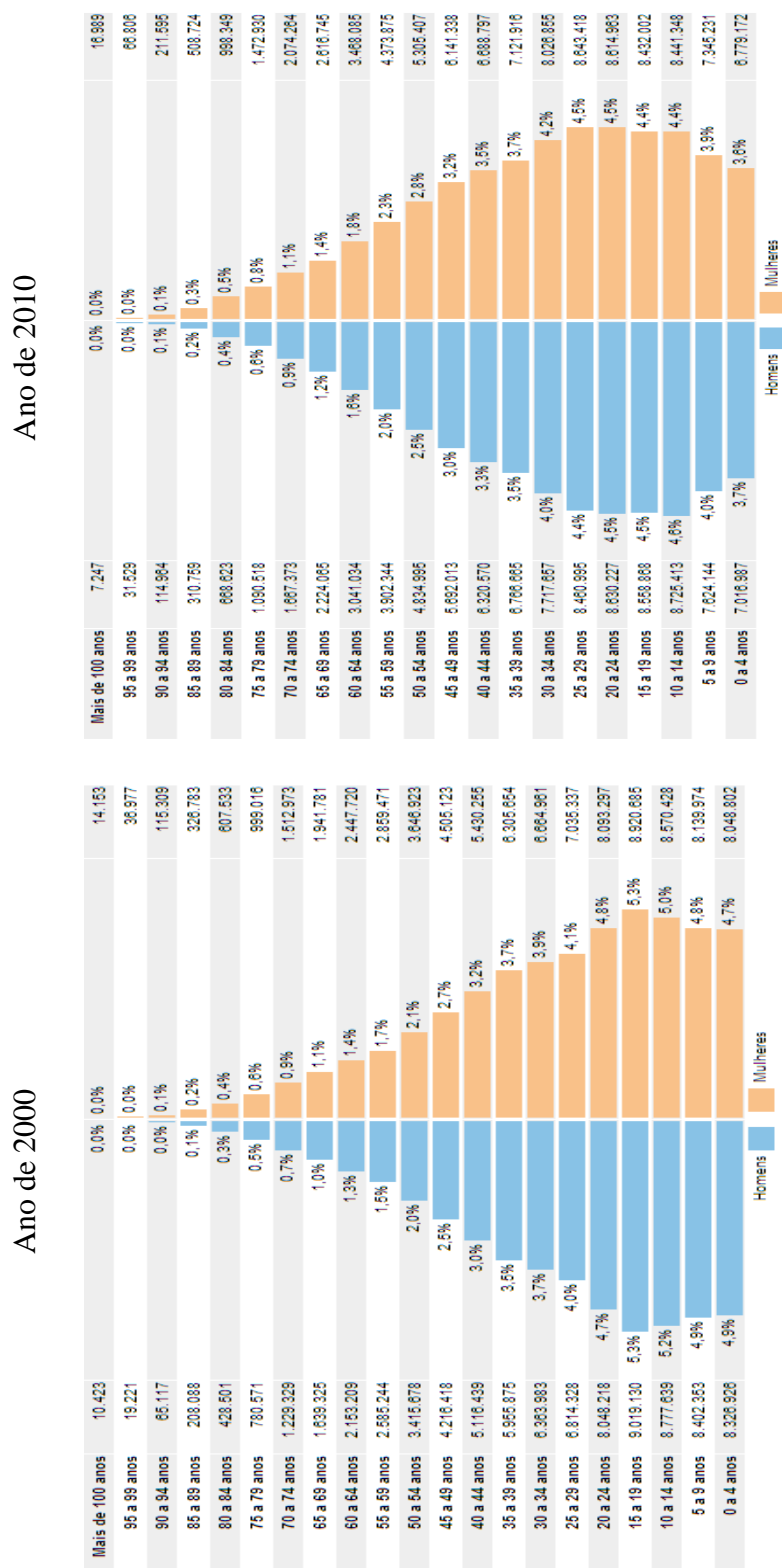
De acordo com Almeida (2002), as causas desse fenômeno denominado de transição demográfica, estão relacionadas ao aumento da expectativa de vida, principalmente pela melhoria da ciência médica, facilidade de acesso aos serviços de saúde e à diminuição das taxas de natalidade decorrentes do crescente uso de métodos anticoncepcionais e à conscientização das famílias diante das dificuldades financeiras e instabilidade no emprego.

No Brasil e em diversos países da América Latina, essa mudança está ocorrendo de maneira rápida, uma vez que especialmente a redução da fecundidade, acontece de

forma mais acelerada do que nos países desenvolvidos (AGOSTINHO; MÁXIMO, 2006). A título de exemplificação na França foram necessários 120 anos para ocorrer o aumento percentual de idosos de 7 para 14% da população total sendo que, no Brasil, um aumento equivalente ocorrerá entre os anos de 2011 e 2031, ou seja, em 19 anos (GRAGNOLATI et al., 2011).

A Figura 1 ilustra a distribuição da população brasileira, segundo o sexo e os grupos etários, nos anos de 2000 e 2010, respectivamente. Evidencia que o número de nascimentos e conseqüentemente de crianças vem diminuindo ao longo desses dez anos. É importante ressaltar que a população de mulheres idosas é superior a dos homens, e o número de idosos em ambos os sexos vem aumentando.

Figura 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Brasil.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000 e 2010.

De acordo com Alonso (2010), é preciso evidenciar a heterogeneidade do processo de envelhecimento no país. Considerando que o Brasil constitui um país

marcado por atributos sociais, econômicos, culturais e políticos muito distintos na extensão de seu território, conseqüentemente o processo de envelhecimento se apresenta de diferentes formas. Segundo Almeida (2002), por essa razão, o processo de envelhecimento se apresenta muito característico e complexo, sendo imprópria qualquer menção a uma população idosa genérica e abstrata, pois a realidade do Brasil proporciona várias e complexas populações idosas.

De acordo com dados do IBGE (2010), existe a desigualdade da distribuição espacial dos idosos, pois, a maior parte dos mesmos encontra-se nas regiões Sul (12,0%) e Sudeste (11,9%), seguido das regiões Nordeste (10,3%), Centro-Oeste (8,8%) e Norte (6,8%). As populações das regiões Sul e Centro-Oeste foram as que ofereceram os mais altos crescimentos em suas proporções de idosos (ALONSO, 2010).

Dessa forma, pode-se afirmar que o processo de envelhecimento ocorre segundo características típicas da população e da região analisada, podendo-se, assim, presumir que tal processo exibe um reflexo das condições sociais e estruturais existentes.

2. 2. O Idoso Aposentado no Mercado de Trabalho

O envelhecimento populacional ocorre em todas as regiões do mundo, o que significa que a força de trabalho está e continua envelhecendo. Ao lado do contínuo declínio da natalidade observa-se um aumento na média de idade da população economicamente ativa em todos os países (WALKER, 2005).

Existe uma tendência de ocorrência mundial, onde os idosos permanecem ativos mesmo após a aposentadoria, contradizendo o fato de muitos trabalhadores se aposentarem e saírem do mercado de trabalho (LOPES, 2010, apud, XIMENES, 2015). Cintra et al. (2010) mencionam que é notório a volta ou a permanência dos aposentados no mercado de trabalho, ignorando a lógica de inatividade desse segmento no mundo todo. Desse modo, a aposentadoria não é representada como uma forma de desengajamento social. Segundo Standing (2013), depois de décadas sendo intitulados como indesejados, os aposentados estão sendo incentivados a permanecerem trabalhando por mais tempo.

Entretanto, nos países desenvolvidos, no início da década de 1990, os idosos foram incentivados a deixarem de constituir a população economicamente ativa e passaram a ingressar nos grupos dos não ativos. Nesse meio tempo, acentuou-se a

redução do número de filhos e a expectativa de vida aumentou, sendo que, a população de indivíduos idosos aumentou consideravelmente quando comparada com os jovens. Ou seja, o número de pessoas que dependeriam da aposentadoria cresceu e houve a diminuição da população ativa e produtiva (STANDING, 2013). Nesse contexto, ao longo da década de 1990, os países desenvolvidos mudaram suas políticas de seguridade social, reduzindo os incentivos à aposentadoria para elevarem as taxas de participação e o nível de emprego dos trabalhadores, isto é, incentivando a continuidade do trabalho do segmento idoso, sendo eles aposentados ou não (FURTADO, 2005).

Em relação ao trabalho após a aposentadoria nos Estados Unidos, Ximenes et. al. (2012) mencionam que muitos idosos estão percebendo que a vida pós-aposentadoria não constitui um declínio como era constatado até poucos anos atrás, mas, uma oportunidade de continuarem se sentindo ativos, além de aumentar o valor de sua renda. Alguns profissionais idosos procuram novas carreiras, outros continuam a exercer o mesmo trabalho. Também existem aqueles que trabalham em tempo integral ou meio período, outros planejam alternar períodos de trabalho e de lazer. Dessa forma, constituem uma geração que pretendem permanecer ativos.

Hurd et al. (2004) pesquisaram o efeito da expectativa de vida na propensão ao afastamento do mercado de laboral por parte dos trabalhadores idosos dos Estados Unidos. Os resultados apontaram que os idosos com maior esperança de vida possuíam maior propensão à atividade econômica. O estudo realizado por Benítez-Silva e Heiland (2008), também nos Estados Unidos, evidenciou que os idosos beneficiários do sistema de Seguridade Social permaneciam por mais tempo no mercado de trabalho quando comparados aos não aposentados.

O estudo de França (2004), realizado com idosos da Nova Zelândia, apontou que existe grande potencial e desejo dos trabalhadores idosos em se manterem como membros ativos da sociedade mesmo após a aposentadoria; confirmando o que já havia sido demonstrado nos trabalhos Lim e Feldman (2003), realizado em Singapura; e, de Fletcher (2003), desenvolvido no Canadá.

Com o aumento do número de idosos trabalhando e das mudanças demográficas nos países da União Europeia, principalmente na Bélgica, França, Finlândia, Irlanda e Holanda, os empregadores buscam encontrar modos de manter os trabalhadores idosos produtivos por mais tempo, uma vez que a oferta de trabalhadores mais novos não será suficiente para repor a geração dos que irão se aposentar (WALKER, 2005). Devido a alterações sociodemográficas, ocorreu uma extensão da idade da aposentadoria para 76

anos na Espanha, Alemanha, junto a outros países, decisão justificada por razões políticas e econômicas (XIMENES, 2010).

No Brasil, após a década de 1990, foram criadas várias leis federais, estaduais e municipais que contemplam o idoso, visando promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (ALVES, 2010). Na área de trabalho e previdência social, foram criadas leis para garantir mecanismos que impeçam à discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho (PLANALTO, 2015). Vale ressaltar que, no Brasil, não existe nenhum impedimento legal para que o aposentado continue ou se insira novamente no mercado de trabalho, sendo a aposentadoria feita independentemente do desligamento do emprego (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001).

Várias empresas estão modificando suas políticas de recursos humanos para se adaptarem ao envelhecimento populacional e às vantagens que os idosos oferecem, tais como, agregação de valor econômico ao negócio, maior atenção com os clientes e, geralmente, maior facilidade em criar relações de confiança junto a clientes e funcionários. Desse modo, vem ocorrendo uma alteração gradativa nas atitudes dos empregadores em relação aos trabalhadores idosos, sendo que algumas iniciativas na área privada foram notadas visando à recolocação do idoso no mercado de trabalho.

França et al. (2013) citam que diversas organizações têm estimulado a continuidade da atuação dos profissionais com experiência e amplo conhecimento adquiridos ao longo do tempo. Geralmente os trabalhadores, mesmo idosos, almejam permanecer contribuindo com o órgão/empresa em que trabalham desde que se encontrem em boas condições psíquicas e motoras.

Polettini (2013) diz que são inúmeras as vantagens da inclusão do idoso no mercado de trabalho. O idoso possui maior maturidade, maior capacidade de análise e de tomada de decisões e detenção de conhecimento. Além disso, o custo de preparação dessas pessoas é baixo, tendo em vista suas experiências adquiridas ao longo da vida, ou seja, sua qualificação. Segundo Brennan et al. (2007), os idosos também apresentam como vantagens, lealdade e capacidade de trabalho em equipe.

Ashforth (2001) cita que para determinados trabalhadores, o emprego está intensamente relacionado à sua identidade e a aposentadoria não deveria representar o término do trabalho. Camarano (2001) afirma que a aposentadoria, especialmente no Brasil, não representa basicamente a retirada dos trabalhadores do mercado de trabalho, porque muitos almejam permanecer em uma atividade remunerada.

A aposentadoria constitui um momento de transição que pode ocasionar prejuízos e/ou resultados positivos, dependendo do contexto socioeconômico, político e cultural do país onde residem os aposentados, assim como as perspectivas particulares e familiares no período do evento (FRANÇA; VAUGHAN, 2008). Segundo França et al. (2013), no que se refere aos preditores relacionados à opção de aposentar-se e continuar no próprio trabalho ou em outro, são destacados a percepção com relação à satisfação com o trabalho, a flexibilidade de horários, a valorização e a autonomia oferecida ao profissional idoso. Além desses fatores, outros, como os de natureza individual e familiar também são considerados. Para o idoso, o trabalho é uma forma de estimular o raciocínio, aumentar a autoestima, elevar a renda para seu próprio sustento e de sua família e, sobretudo garantir sua dignidade (POLETTINI, 2013).

Rodrigues (2000) aborda que a aposentadoria constitui um período de grande liberdade, pois propicia novas oportunidades e realizações. Sendo assim, segundo França e Soares (2009) a passagem para a aposentadoria pode representar uma oportunidade para a modificação profissional, como a procura de um trabalho mais prazeroso ou apropriado ao novo perfil profissional.

Para Kim e Feldman (2000), fatores como a idade, sexo, situação de saúde, condição socioeconômica e particularidades do emprego podem influenciar no aumento do tempo da permanência dos indivíduos com mais idade no mercado de trabalho.

Nos países em desenvolvimento, os elementos mais importantes para pesquisar o trabalho dos idosos dizem respeito à sua demanda pela renda. Porém, nesses países onde as rendas são menores e as aposentadorias são reduzidas, a determinação de se retirar da força de trabalho está ligada a um contexto de oferta de emprego mais comum, que abrange a oferta de salários, suporte familiar e condição de saúde das pessoas idosas (METE; SCHULTZ, 2002).

Para Costa et al. (2012), existem pessoas que não querem parar de trabalhar pois se sentem adaptadas e acostumadas, enquanto há outras que permanecem no trabalho pelo que ele pode oferecer, como status, poder, relações com os colegas de trabalho, ou até mesmo pelo prazer de possuir uma ocupação. Em determinadas situações, os indivíduos almejam mais o status e o poder constituído através do trabalho do que o próprio salário.

Logo, pode-se falar em dois grupos de aposentados que retornam ao mercado de trabalho: os que o fazem por necessidade e os que o fazem por opção. Com relação aos primeiros, a necessidade se dá devido à degradação de suas condições de vida. Para

diversos brasileiros, a aposentadoria é uma forma de reconversão, pois não concebe uma ruptura definitiva com a vida ativa, visto que o valor recebido é insuficiente para a sobrevivência do indivíduo idoso e de sua família (PEIXOTO, 2002). É importante ressaltar que muitos idosos contribuem de forma significativa para a renda familiar, ajudando financeiramente filhos e netos. De acordo com dados do IBGE (2010), em 1980, a contribuição dos idosos para a renda familiar era de 37,0%; já na década de 1990 passou a ser de 47,2%; em 2007, 53,0%; e, em 2010, contribuía com 64,8%.

Em uma pesquisa do Instituto Somatório realizada em 2010, foram entrevistadas cerca de 1.500 pessoas com mais de 60 anos, em 10 centros urbanos do país e constatou-se que, na classe A, os idosos contribuía com 55% da renda familiar; na classe B, com 59%; na C, com 72%; e, na D, 88%. A pesquisa averiguou que 93% dos idosos tinham renda própria e colaboravam com 71%, em média, com o orçamento familiar (AMARAL, 2010). Leal (2006) realizou uma pesquisa com idosos e encontrou que três, em cada dez idosos brasileiros, eram responsáveis por mais de 90% do total do rendimento mensal familiar, em decorrência, principalmente, de suas aposentadorias.

Para o segundo grupo de idosos, aqueles que por opção se reinserem no mercado de trabalho, Khoury et al. (2010), afirmam que é pela necessidade de se sentirem produtivos, uma vez que a participação das pessoas idosas no mercado de trabalho, tanto em atividades monetárias ou não, é uma das formas de integração à sociedade (SABOIA; CUNHA, 2013). A idade precoce da aposentadoria por tempo de contribuição faz com que muitos trabalhadores ainda se sintam jovens e o prolongamento da vida, relacionado ao progresso da medicina, proporciona condições de saúde adequadas e também contribui para o retorno desses idosos ao mercado de trabalho. Dessa forma, em determinados casos, o regresso ou a continuação no trabalho após 60 anos, para ambos os sexos, não está exclusivamente focalizado na conservação do mesmo nível de vida que detinham antes da aposentadoria, mas também à aspiração desses idosos de prosseguirem ativos por um maior período de tempo (PEIXOTO, 2002).

2.3. Gênero como Abordagem Analítica

Os gêneros podem ser considerados uma forma de representação social, visto que, através deles, agimos e sofremos ações dentro da sociedade em que estamos inseridos. Desse modo, eles se “ancoram na sociedade e nos costumes e ao mesmo tempo são parte dessa sociedade e organizam os costumes, podendo variar de cultura para cultura” (MARCUSCHI, 2008, p.190).

A construção dos gêneros ocorre por meio da dinâmica das relações sociais. As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, nas quais o masculino não é unicamente diferente do feminino. Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia da esfera masculina (CARLOTO, 2015).

De acordo com Scott (1990), o gênero enquanto categoria de análise apresenta a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional. Segundo Silva et al. (2009), conceito de gênero é usado para focar a luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e tem como finalidade neutralizar, ou ainda, ultrapassar as barreiras visíveis e invisíveis que existem e que impedem a participação econômica, política e social das mulheres.

É importante ressaltar que há uma diferenciação em relação ao gênero do idoso e sua opção em regressar ao mercado de trabalho após sua aposentadoria, uma vez que segundo Freitas et. al., (2005), em nossa sociedade existe uma cultura que difere atividades dos homens e das mulheres.

Para o homem, o trabalho tradicionalmente proporciona a afirmação de sua masculinidade. Dessa maneira, eles buscam a fixação em outras formas identitárias socialmente aprovadas como, por exemplo, provedor, militante e chefe de família. Logo, estar inativo é ruim para sua autoestima e, ser provedor constitui a clássica identidade masculina, sobretudo para os de mais idade (MOTTA, 2009). Muitas vezes, os idosos ocupam seu tempo trabalhando no mercado laboral e não participam das atividades desenvolvidas no espaço doméstico (FREITAS et al., 2005). Devido ao fato de continuarem no mercado de trabalho e/ou terem a posse do benefício previdenciário, os idosos permanecem com seu papel tradicional de chefe e provedor da família (CAMARANO; GHAOURI, 2002).

Em relação às mulheres, muitas permanecem no mercado de trabalho, mesmo após a aposentadoria. Tal reinserção pode estar relacionada, com o comprometimento com o seu próprio sustento e de sua família. Muitas idosas se veem responsáveis pelo domicílio, principalmente, após o falecimento do cônjuge (NASCIMENTO; SOUZA, 2006). Para Kreling (2008), a volta da mulher idosa ao mercado de trabalho também tem relação com o aumento da longevidade, conjugada às melhores condições de saúde, que propiciam maiores facilidades para exercerem uma atividade econômica.

Muitos filhos adultos, casados ou não, vivem ou voltam a viver com suas mães, assim, a co-residência constitui um fenômeno recorrente nas famílias brasileiras. Dessa forma, a aposentadoria torna-se uma passagem obrigatória para o outro trabalho das idosas que ajudam os filhos e netos (PEIXOTO, 2002).

De fato, o papel da mulher idosa no apoio econômico das famílias pode ser analisado por meio da contribuição de sua renda, uma vez que o número de idosas responsáveis pelo domicílio tem aumentado. Ao considerar a posição do indivíduo no domicílio, constata-se que, geralmente, recai sobre o segmento idoso, principalmente as mulheres viúvas, que assumem uma grande responsabilidade com a família, uma vez que parcela considerável detém a condição de chefe do grupo familiar (KRELING, 2008).

Vale ressaltar que mesmo ativas no mercado de trabalho, muitas compartilham o trabalho externo, com o trabalho do lar, como o cuidado da casa, filhos e netos (BULLA; KAEFER, 2003, PACHECO, 2004, MELO, 2005).

A reinserção do idoso no mercado de trabalho também apresenta aspectos negativos, uma vez que os “envelhescentes”, assim denominados os trabalhadores com quarenta anos ou mais de idade, são discriminados por diversos motivos, dentre eles: pelo fato de serem considerados experientes e críticos, o que abala o poder de comando do empregador; por terem patamar salarial mais significativo, podendo ser substituídos por trabalhadores mais jovens que prestam o mesmo serviço por menores salários; por serem considerados pouco flexíveis; e, por apresentarem dificuldades de absorverem as “novas tecnologias” (GOLDSCHMIDT, 2008). Além disso, a discriminação é maior para o sexo feminino, que é, muitas vezes, duplamente discriminado devido ao gênero e à idade (FORTUNY, 2009).

A relação entre o processo de envelhecimento, a aposentadoria e o mercado de trabalho para os idosos estão fortemente relacionados à maneira de compreender o envelhecimento, bem como as dimensões deste processo na vida de cada indivíduo. O

envelhecimento congrega definições muito diversificadas, que vão desde a inutilidade e perdas físicas até a exclusão da sociedade. No entanto, a expressão mais forte é a centralidade do trabalho na vida destes indivíduos que muitas vezes associam o envelhecimento à perda da capacidade de trabalho. O envelhecimento biológico é um determinante de mudanças físicas, como a perda da acuidade visual e auditiva, diminuição da força muscular e, algumas vezes, problemas de memória. Entretanto, muitas dessas alterações fisiológicas podem ser revertidas ou controladas por meio de atividades físicas e do uso de óculos ou aparelhos. Além disso, cada pessoa assimila as transformações de uma maneira diferente, de acordo com sua trajetória de vida (TRENTO, 2008).

Segundo Motta (2009, p.377), apesar do preconceito, o reingresso dos idosos ao mercado de trabalho muitas vezes ocorre, mesmo em atividades menos qualificadas e em situações menos vantajosas do que as do emprego anterior, com mais oportunidades principalmente no mercado informal ou de serviços. Além disso, ainda existe a tradição do trabalho dos idosos ser considerado socialmente ilegítimo, porque estariam “tomando o lugar dos mais jovens”.

3. METODOLOGIA

Nesse tópico, apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização dessa pesquisa. Primeiramente, é exposto o delineamento da pesquisa, assim como a fonte de dados, isto é, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios dos anos de 2002 e 2012; posteriormente, o universo da análise; além da forma de coleta de dados e análise dos dados; e, finalmente, as categorias de análise.

3.1. Caracterização da pesquisa

A pesquisa, exploratório-descritiva teve caráter quantitativo, com corte transversal e foram utilizados dados secundários.

Buscou-se explorar e descrever a realidade de trabalho dos idosos reinseridos no mercado de trabalho a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comparando dois pontos no tempo: 2002 e 2012.

A opção por pesquisar esses dados secundários se faz importante pelo fato de ser um estudo com abrangência nacional sobre o trabalho do idoso, proporcionando evidenciar o idoso reinserido no mercado de trabalho, em todas as regiões do país, a fim de se estabelecer uma comparação entre 10 anos.

3.2. Fonte de dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada no Brasil em 1967, sob coordenação do IBGE. Os resultados da PNAD, até o primeiro trimestre de 1970, foram expostos trimestralmente e, a partir do referido ano, o levantamento passou a ser anual (IBGE, 2015).

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades pesquisadas na PNAD. As informações básicas anunciadas na PNAD de 2002 foram expandidas em relação aos anos anteriores e abrangem alguns indicadores para os estados. As informações mostram resultados da PNAD de 2001 e de 2002 para o Brasil e Grandes Regiões; de 2002, para as Unidades da Federação; e, ainda, a retrospectiva de indicadores

destacados de rendimento para o país, dentre os quais foram selecionados alguns para revelar aspectos do desenvolvimento regional (PNAD, 2002).

A partir da PNAD de 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico (Personal Digital Assistant - PDA) para a prática das operações de coleta, permitindo aperfeiçoar o sistema operacional da pesquisa. Segundo a PNAD (2015), a pesquisa é concretizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios a partir de três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

O processo de seleção da amostra da PNAD ocorre em 3 estágios: no primeiro as unidades (municípios) são classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. No segundo estágio, as unidades (setores censitários) são selecionadas em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2000 e 2010, como medida de tamanho, para as PNADs de 2002 e 2012, respectivamente. No último estágio, são selecionados, com equiprobabilidade em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação (PNAD, 2015).

Todos os anos, com o propósito de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, conseqüentemente, preservar as frações de amostragem prefixadas, efetiva-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem que visa relacionar, sistematicamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área. Além dessa atualização, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos municípios que constituem a amostra, designa-se um cadastro complementar composto pelas unidades domiciliares existentes em conjuntos residenciais, edifícios e favelas com 30 ou mais unidades residenciais, que tenham surgido nesses municípios posteriormente à realização do Censo Demográfico (PNAD, 2010). Maiores detalhes sobre a seleção da amostra podem ser localizados na documentação da base de dados da PNAD.

A coleta de informações segue uma série de conceitos e definições operacionais, semelhantes ou parecidos aos empregados em múltiplas outras pesquisas domiciliares, até mesmo no Censo Demográfico, o que facilita a comparação dos indicadores produzidos por esse tipo de levantamento (IBGE, 2015).

A PNAD possui como objetivo suprir a carência de informações sobre a população do país durante o período intercensitário, pesquisando temas insuficientemente investigados ou não contemplados nos censos demográficos decenais; realiza a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil; e, descreve as características gerais da população anualmente e de forma permanente, como educação, trabalho, rendimento, habitação e outros temas com periodicidade variável, que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação do país, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas (IBGE, 2015).

Para a divulgação dos resultados da PNAD de 2002 e 2012, foram agrupados sete temas: Dados gerais, Migração, Educação, Trabalho, Família, Domicílio e Rendimento, entretanto, foi adicionado o tema Tecnologia da Informação e comunicação (acesso à internet e posse de telefone celular), no ano de 2012 (PNAD, 2002, 2012).

Até 2003, empregou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá), em que a investigação não cobria a área rural. A partir de 2004, a PNAD começou a pesquisar as áreas urbanas e rurais dessas seis Unidades da Federação (PNAD, 2012). Desse modo, essa pesquisa não investigou a população rural, pois, em 2002 não era realizada a coleta de dados em todas as unidades da federação, impossibilitando, conseqüentemente, o estudo comparativo entre 2002 e 2012 com dados totais do país.

O levantamento dessas estatísticas estabelece o cumprimento da pesquisa ao longo de 47 anos, constituindo um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no país (IBGE, 2015).

Nessa pesquisa, os dados secundários foram extraídos dos microdados da PNAD dos anos de 2002 e 2012, com o auxílio do software STATA - Data Analysis and Statistical Software, versão 12.0., licenciado pela Universidade Federal de Viçosa.

Os microdados são disponibilizados nas bases de dados padronizadas na Internet e foram obtidos por meio do site do IBGE. O trabalho de investigação conduzido por meio dos microdados permite análises de dados mais finas e apuradas, construção de variáveis compostas de tipos diversificados, mais diretamente ajustadas a parâmetros teóricos e temas de investigação que possuem a vantagem de integrar as informações de

um conjunto de variáveis derivadas, como, por exemplo, a condição perante o trabalho, diversas taxas de emprego, dentre outros (MAURITTI et al., 2002).

Os microdados constituem o menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, reproduzindo no formato de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, além de manter o sigilo das informações. Permite aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, desenvolver suas próprias tabelas. Os arquivos disponíveis nas bases do IBGE são acompanhados de uma documentação que proporciona os nomes e os respectivos códigos das variáveis e suas categorias, a metodologia da pesquisa e o instrumento de coleta (IBGE, 2015). De acordo com Melo (2013), os microdados possibilitam a obtenção de informações desagregadas de cada unidade de análise e, portanto, maior número de observações e maior confiabilidade dos resultados.

3.3. Universo de Análise

Na PNAD 2002 e 2012, foram pesquisadas, respectivamente, 129.705 e 147.203 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação (PNAD, 2002, 2012). Escolheram-se esses anos, pois a PNAD 2012 era a mais recente na época do desenvolvimento dessa pesquisa, e escolheu-se o ano de 2002 para analisar e comparar um período de tempo maior, ou seja, dez anos.

Para satisfazer os objetivos propostos, o universo de análise foi constituído pelos idosos que se reinseriram no mercado de trabalho. Ocorrendo inicialmente, a extração dos dados do arquivo de pessoas realizado pela pesquisa da PNAD, referentes a todas as unidades da federação. Assim sendo, delimitou-se a população de pessoas com idade acima de 60 anos, totalizando 16.330.034, em 2002, e 24.855.621, em 2012.

Em seguida, para a definição da amostra do idoso reinserido no mercado de trabalho, foram analisadas as seguintes variáveis: idade, sexo, código censitário, raça, se exerceu algum trabalho na semana, se recebia rendimento de aposentadoria do Instituto de Previdência ou do Governo Federal, além da condição na unidade domiciliar, abrangendo pessoa de referência cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. Desse modo, definiu-se a amostra da pesquisa, sendo constituída por 1.473.239 idosos reinseridos no mercado de trabalho em 2002 e, 2.075.835 em 2012.

Os dados foram provenientes do banco de dados de uso e acesso público, o que desobriga a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa – UFV.

3.4. Forma de Análise dos Dados

Na etapa da análise dos dados foi efetuada a descrição das variáveis de acordo com os dicionários fornecidos pela PNAD. Posteriormente, foi desenvolvida uma análise exploratória dos dados quantitativos elaborada por meio da estatística descritiva, média, frequência, análises tabulares e gráficas. Nas análises foram considerados os pesos amostrais.

Para trabalhar as variáveis que apresentavam características de rendimentos ou valores, foi utilizado o deflator de rendimento baseado nas informações da tabela de Série Históricas do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, disponível no site do IBGE (IBGE, 2014). Essa base de dados foi formulada com o número índice de dezembro de 1993 (DEZ 93 = 100). Desse modo, visando atualizar essa base para analisar os rendimentos dos anos de 2002 e 2012, foi elaborada e utilizada uma fórmula em todas as variáveis relacionadas à renda do ano de 2002, construída da seguinte maneira: os valores (ou rendimentos) de 2002 foram multiplicados pelo valor do IPCA de setembro de 2012 e, posteriormente, divididos por 100. Sabendo-se que o IPCA de setembro de 2002 é igual a 100 e, o 2012 igual a 184,5208.

No Brasil, o IPCA, calculado pelo IBGE, foi escolhido pelo Banco Central para acompanhar os objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação. O IPCA é um tipo de índice de Laspeyres que calcula a mudança dos preços de bens e serviços entre dois períodos (comparação dos preços que vigoraram nos 30 dias do período de referência com os 30 dias do período-base) ponderando a participação das despesas com cada bem no consumo total (CARRARA E CORREIA, 2012). Perante a confiabilidade desse índice, e de muitas outras pesquisas que são realizadas utilizando o mesmo, optou-se por também trabalhar com o IPCA.

Para comparar as diferenças de rendimento nas condições de 2002 e 2012, foi utilizado o teste t para amostras independentes. Segundo Dancey e Reidy (2006), na análise de duas condições é necessário empregar testes inferenciais, como o teste t, que descobre o quão provável é a diferença entre as condições que passam a ser atribuídas ao erro amostral, considerando que a hipótese nula seja verdadeira. O teste t para

amostras independentes avalia se existe uma diferença significativa entre as médias das duas condições; ou seja, é utilizado quando os indivíduos tomam parte em apenas uma das duas condições (delineamento independente, entre participantes ou não relacionados).

De acordo com Hair Júnior, et al. (2005), o teste t é utilizado para testar uma hipótese que estabelece que as médias das variáveis associados com duas amostras ou dois grupos independentes serão idênticos, analisando se as divergências observadas entre as médias de duas amostras ou grupos ocorreram por acaso ou se existem diferenças.

A fórmula do teste t, de acordo com Massad et al. (2004), é representada pela expressão:

$$t = \frac{\bar{X}_1 - \bar{X}_2}{\sqrt{\left(\frac{(N_1 - 1)S_1^2 + (N_2 - 1)S_2^2}{N_1 + N_2 - 2} \right) \left(\frac{1}{N_1} + \frac{1}{N_2} \right)}}$$

Onde:

\bar{X}_1 e \bar{X}_2 são as médias amostrais do grupo 1 e do grupo 2, respectivamente;

S_1 e S_2 são os desvios padrões do grupo 1 e do grupo 2, respectivamente; e,

N_1 e N_2 são os tamanhos da amostra do grupo 1 e do grupo 2, respectivamente;

As hipóteses de interesse que comparam as médias dos dois grupos são:

$$H_0 : \mu_A = \mu_B \quad \text{e} \quad H_A : \mu_A \neq \mu_B$$

Desta forma, tem-se um teste bilateral, e a região de rejeição será dividida em duas partes idênticas nas extremidades da curva do teste, em que cada região de rejeição terá metade do nível de significância (MASSAD et al., 2004).

Visando confirmar os resultados do teste t, também foi realizado o teste t utilizando o Log. De acordo com Kate e Bhaskar (2009), o logaritmo de um número positivo real x, considerando a base b como um número positivo real diferente de 1, é o expoente pelo qual b deve ser elevado no campo x, ou seja, o logaritmo de x na base b é a solução da equação de y.

Segundo Miranda (2015), o logaritmo é um estudo da matemática que depende maciçamente do conhecimento sobre potenciação e suas propriedades, pois

para encontrar o valor numérico de um logaritmo, é necessário elaborar uma potencia para transformá-la em um logaritmo.

A fórmula do log, de acordo com Miranda (2015), é representada pela expressão:

$$A^x = B \leftrightarrow x = \log A B$$

Onde:

A é a base

B é logaritmando

X é o valor do logaritmo

3.5. Categorias de Análise

Para obtenção dos dados referentes aos objetivos propostos nessa pesquisa, foram selecionadas determinadas variáveis que a PNAD dos anos de 2002 e 2012 utilizou em suas análises. Dessa forma, as categorias de análise da pesquisa foram operacionalizadas do seguinte modo:

- Para delinear o perfil socioeconômico e demográfico do idoso em estudo em dois pontos no tempo:

Idade: considerando como idosos aquelas pessoas com idade superior a 60 anos. Sendo denominado idoso “jovem” os indivíduos que possuíam idade entre 60 a 69 anos; idoso “velho” as pessoas com 70 a 79 anos; e, idoso “muito velho” os idosos reinseridos que apresentaram idade acima de 80 anos.

Sexo: masculino e feminino.

Cor/raça: branca, preta, amarela, parda e indígena².

Condição na unidade domiciliar: pessoa de referencia³, cônjuge⁴, filho⁵, outro parente⁶, agregado⁷, pensionista⁸ e empregado doméstico⁹.

² A categoria parda incluiu a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça, enquanto que na categoria indígena considerou-se a pessoa que se declarou indígena ou índia.

³ Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros.

⁴ Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial.

Regiões: foram categorizadas em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Código da situação censitária: Urbana.

Sabe ler e escrever: sim ou não¹⁰.

Curso mais elevado que frequentou: Ensino Fundamental (considerando Elementar/Primário, Ensino Fundamental ou 1º grau, Médio 1º ciclo, Alfabetização de adultos); Ensino Médio (compreendendo Ensino Médio ou 2º grau, Médio 2º ciclo, Alfabetização de Jovens e Adultos); Ensino Superior/Graduação; e, Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado).

• Para analisar as variações nas taxas de reinserção do idoso no mercado laboral, de acordo com as características sociodemográficas e econômicas; e, analisar as características do trabalho realizado pelo idoso numa perspectiva de gênero, foram utilizadas as seguintes variáveis:

Posição na ocupação no trabalho¹¹: empregado¹², trabalhador doméstico¹³, conta própria¹⁴, empregador¹⁵, trabalhador não remunerado membro da unidade

⁵ Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge.

⁶ Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge.

⁷ Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação.

⁸ Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação.

⁹ Pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); ou Parente do empregado doméstico - Pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família).

¹⁰ Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse.

¹¹ Definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

¹² Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente, obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria, incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

¹³ Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

domiciliar¹⁶, outro trabalhador não remunerado e trabalhador na construção para o próprio uso¹⁷.

Posição de ocupação no trabalho principal¹⁸: empregado com carteira de trabalho assinada, militar¹⁹, funcionário público estatutário, outro empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria, empregador, trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso.

Tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal²⁰: em loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão; no domicílio em que morava; em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês; em local designado pelo empregador, cliente ou freguês; em veículo automotor; em via ou área pública; e, outro.

Número de horas normalmente trabalhadas por semana no trabalho principal²¹: variando entre 1 e 98 horas semanais.

Valor do rendimento²² mensal do trabalho principal²³: valor R\$ ou não aplicável.

¹⁴ Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

¹⁵ Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

¹⁶ Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

¹⁷ Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

¹⁸ Considerou-se como principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período.

¹⁹ A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi construída pelos Militares do Exército, Marinha da Guerra e Aeronáutica, e pelos empregados registrados pelo Estatuto dos funcionários públicos (federais, estaduais, e municipais ou de autarquias).

²⁰ Refere-se ao tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho único ou principal da pessoa ocupada, exclusive o trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, na semana de referência.

²¹ Foram incluídas como horas trabalhadas aquelas que a pessoas ocupavam no local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação no trabalho considerado.

²² Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência. O salário mínimo era de R\$ 200,00 (duzentos reais) em setembro de 2002 e R\$ 622,00 (seiscentos e vinte dois reais) em setembro de 2012.

Valor do rendimento mensal de todos os trabalhos²⁴: valor R\$ ou não aplicável.

Rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal que recebia, normalmente, no mês de referência²⁵: valor R\$ ou sem declaração.

Rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal que recebia, normalmente, no mês de referência²⁶: valor R\$ ou sem declaração.

Rendimento de outro tipo de aposentadoria que recebia, normalmente, no mês de referência²⁷: valor R\$ ou sem declaração.

Rendimento de outro tipo de pensão que recebia, normalmente, no mês de referência²⁸: valor R\$ ou sem declaração.

Rendimento de aluguel que recebia, normalmente, no mês de referência²⁹: valor R\$ ou sem declaração.

Rendimento de doação de não morador que recebia, normalmente, no mês de referência³⁰: valor R\$ ou sem declaração.

²³ Considerou-se para os empregados e trabalhadores domésticos: a remuneração bruta mensal que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência do ano da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o pagamento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas, etc. e não incluindo o 13º salário, e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. Para os empregadores e conta-própria: a retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência do ano da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento) da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora.

²⁴ Considerou-se a soma de dois ou mais rendimentos provenientes dos trabalhos.

²⁵ O rendimento mensal, no mês de referenciado ano da pesquisa, normalmente recebido da aposentadoria paga pelo instituto de previdência (federal, estadual ou municipal) ou pelo governo federal.

²⁶ Pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão.

²⁷ Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, investigou-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho, etc.) no mês de referência do ano da pesquisa.

²⁸ Pensão alimentícia, espontânea ou judicial.

²⁹ Aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, etc.

³⁰ Doação ou mesada (proveniente de pessoa não moradora da unidade domiciliar).

Rendimento de juros de caderneta de poupança ou de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais ou outros rendimentos, no mês de referência³¹: valor R\$ ou sem declaração.

³¹ Provenientes de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos, etc.), parcerias, etc. Programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, de Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social BPC-LOAS, e outros).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em decorrência dos objetivos expostos nesta pesquisa, a apresentação, análise e discussão dos resultados foram divididos em duas partes: a primeira apresenta a caracterização do perfil socioeconômico dos idosos reinseridos no mercado de trabalho; e, a segunda foi baseada na análise das variações nas taxas de reinserção do idoso no mercado de trabalho, de acordo com suas características sociodemográficas e econômicas, realizando uma comparação entre os anos de 2002 e 2012, numa perspectiva de gênero.

4.1. O Perfil Socioeconômico dos Idosos

A média da idade do idoso em estudo em 2002 era de 67,57 anos, sendo a idade mínima 60 e a máxima de 99 anos. Os homens representaram 74,01% (n=1.090.328) da população em estudo. No ano de 2012, o idoso reinserido apresentou idade média de 67,37 anos, sendo a mínima de 60 e a máxima, de 93 anos, sendo 67,80% (n=1.407.337) do sexo masculino. Verifica-se que a idade média não sofreu alterações, embora haja um maior número de idosos do sexo masculino em 2012, além de um aumento no número de idosas buscando a reinserção no mercado de trabalho.

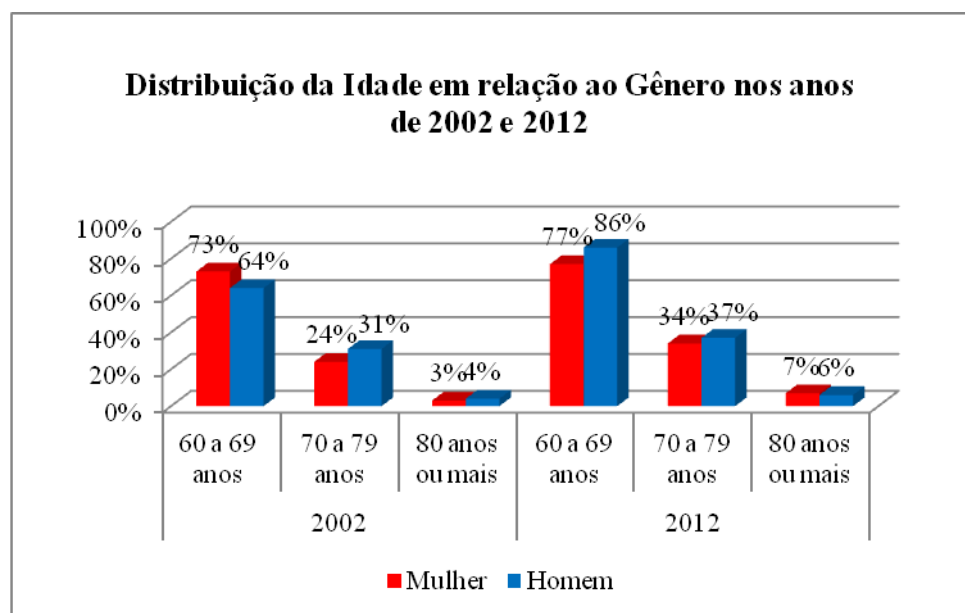
As mulheres no Brasil têm a expectativa de vida de 78,3 anos, sendo a esperança de vida dos homens ao nascer de 6 meses e 25 dias menor. As mulheres são a maioria na concessão da aposentadoria por idade, com 62% do total de 9,2 milhões de beneficiários. Além de possuírem o direito de se aposentar com 30 anos de contribuição ou 60 anos de idade, representam 56% do total do contingente de pessoas acima dos 60 anos (RESTOM, 2015).

No decorrer da vida produtiva, a inserção da mulher no mercado de trabalho tende a se dar em condições mais precárias e, comumente, em ocupações menos qualificadas, situações que se fazem acompanhar de instabilidade e baixa remuneração. Tais situações como cuidar dos netos e o trabalho doméstico podem influenciar na sua não reinserção do mercado de trabalho. Em contraposição, nos últimos anos, vem ocorrendo o aumento da participação feminina nos rendimentos e na chefia familiar, fatores que tendem a mantê-la em atividade, com reinserção no mercado de trabalho (SEADE, 2015).

No que tange à classificação dos idosos por faixas etárias, observou-se que, em 2002, 66,57% (n=980.702) foram considerados “jovens”, uma vez que possuíam idade entre 60 e 69 anos. Os idosos denominados “velhos”, com idade entre 70 e 79 anos, constituíram 29,32% (n=431.955), e, os “muitos velhos”, com mais de 80 anos, compuseram 4,11% (n=60.582). No ano de 2012, constatou-se que os idosos “jovens” aumentaram para 69,79% (n=1.448.698), os “velhos” reduziram a 25,95% (n=538.703) e “muito velhos” continuaram com 4,26% (n=88.434). Dessa forma, verifica-se que o percentual de idosos no mercado de trabalho se mantém na década estudada, pois, embora haja um aumento no percentual dos “idosos jovens” e “muito velhos”, há uma redução equitativa na reinserção dos considerados “velhos”.

Analisando os idosos segundo o gênero (Gráfico 1), observa-se o aumento das idosas “jovens” reinseridas no mercado de trabalho que constituíram 73% (n=278.924) em 2002, passando a 77% (n=511.459) em 2012. Os idosos “jovens” também aumentaram, de 64% (n=701.778) para 86% (n=937.239). Também houve aumento das mulheres “velhas”, de 24% (n=92.203), em 2002, para 34% (n=130.603), em 2012, assim como os homens “velhos”, que aumentou de 31% (n=339.752) para 37% (n=408.100). Na categoria dos “muito velhos” o percentual dos homens também aumentou com 4% (n=48.798), em 2002, e 6% (n=61.998), em 2012, já as mulheres passaram de 3% (n=11.784) a 7% (n=26.436). Os dados comprovam que apesar do aumento da participação feminina, os homens constituem a maioria no mercado de trabalho, permanecendo ativos por mais anos. O aumento do percentual de idosos “jovens” merece destaque, uma vez que é o grupo que mais se reinseriu no mercado de trabalho no período estudado, enquanto que no segmento feminino esse reinserção foi mais incidente no caso das mulheres “velhas”, com idade entre 70 e 79 anos. Possivelmente, a “mulher jovem” não apresentou grande porcentagem, porque muitas vezes elas ainda vivem com o conjugue, e esse, geralmente é o principal responsável pelo sustento do lar. Com o falecimento do cônjuge, as idosas passam a ter mais autonomia, atrelada as dificuldades econômicas que as famílias brasileiras vem vivenciando, faz com que se sintam pressionadas a contribuir financeiramente com a família, assim, voltam a trabalhar para assumir o papel de provedora da família.

Gráfico 1 – Distribuição da idade dos idosos em relação ao gênero, Brasil, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os 60 e 79 anos, a mulher corresponde na sociedade a 55%; ou seja, para cada 100 homens, há aproximadamente 120 mulheres, e dos 80 anos ou mais de idade 61% da população é representada pelas mulheres, isto é, para cada 100 homens, há cerca de 160 mulheres (RESTOM, 2015). Apesar de a mulher ser maioria na população dos idosos, os homens constituem a maioria no mercado de trabalho. Muitas vezes os homens permanecem compreendendo seu papel como provedor material e moral da família, contrapondo-se à necessidade da divisão de responsabilidades emergentes das mulheres. Entre os papéis sociais que acompanham mulheres e homens em todas as fases do seu ciclo vital, persistem os do modelo tradicional, orientando o trabalho masculino para a produção e o feminino para a reprodução biológica (FREITAS et al., 2009).

No que diz respeito à raça dos idosos reinseridos no mercado de trabalho (Tabela 1) é possível observar que a maioria dos trabalhadores, em 2002 e 2012, se autodeclarou da raça branca (63,71% e 60,41%), seguido da parda, com 29,19% e 30,56%, respectivamente. Esses dados vêm ao encontro dos estudos de Souza (2011), desenvolvido no estado do Paraná, onde se evidenciou que 72,7% dos trabalhadores idosos se declararam brancos e 23% pardos.

Dessa forma, em ambos os anos analisados, quando somadas às raças preta, amarela e indígena, estas totalizaram 7,09% e 9,21% do universo pesquisado, para os anos de 2002 e 2012, respectivamente, resultando na baixa participação desse segmento.

No estudo desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, nas regiões metropolitanas do país, evidenciou-se que o segmento populacional negro ainda convive com patamares de desemprego elevados, sendo a proporção no contingente de desempregados, na maioria das regiões, superior a 60%, exceto nas regiões metropolitanas de Porto Alegre (18,2%) e São Paulo (40,0%) (DIEESE, 2012).

Tabela 1 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo cor ou raça, em 2002 e 2012.

Cor ou raça declarada	2002		2012	
	Frequência	%	Frequência	%
Branca	938.554	63,71%	1.254.042	60,41%
Parda	430.098	29,19%	634.449	30,56%
Preta	81.972	5,56%	158.506	7,64%
Amarela	20.949	1,42%	23.769	1,15%
Indígena	1.666	0,11%	5.069	0,42%

Fonte: Dados da pesquisa.

No decorrer de 10 anos, o percentual de mulheres brancas reduziu de 63% (n=242.244) a 60% (n=401.696) e, dos homens de 64% (n=696.310) a 61% (n=852.346), em 2002 e 2012, respectivamente (Tabela 2). Mesmo com o aumento do número de trabalhadores da raça preta, constata-se a baixa participação desse segmento, que constituiu, tanto em 2002 quanto em 2012, o percentual menor que 10% para homens e para as mulheres.

Tabela 2 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo cor ou raça e gênero, em 2002 e 2012.

Cor ou raça declarada	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Branca	242.244	63%	696.310	64%	401.696	60%	852.346	61%
Parda	102.241	27%	327.857	30%	194.550	29%	439.899	31%
Preta	31.141	8%	50.831	5%	60.659	9%	97.847	7%
Amarela	7.068	2%	13.881	1%	8.561	1%	15.208	1%
Indígena	217	0,0%	1.449	0,1%	3.032	0,4%	2.037	0,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando a análise é baseada na cor da pele e também no sexo, destaca-se a discriminação sobre as mulheres negras, que sofrem as mais elevadas taxas de desemprego comparativamente aos demais grupos (DIEESE, 2012). Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010), as mulheres e os negros apresentavam os maiores níveis de desemprego, sendo que 10,8% das mulheres negras estavam desempregadas, contra 8,3% das mulheres brancas, enquanto 5,7% dos homens negros e 4,5% dos homens brancos encontravam-se na mesma situação.

A condição na unidade domiciliar³², como mencionado anteriormente, foi analisada de forma unificada/reunida. Ou seja, para a construção do perfil do idoso, a pesquisa abrangeu todas as categorias. Observou-se que, em ambos os anos, a pessoa de referência predominou com 82,44% e 76,08%, seguido do cônjuge 13,29% e 19,15%; outro parente 3,6% e 3,63%; e, em proporções menores que 1% encontram-se as demais condições (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo a condição na unidade domiciliar, em 2002 e 2012.

Condição na Unidade Domiciliar	2002		2012	
	Frequência	%	Frequência	%
Pessoa de Referência	1.214.565	82,44%	1.579.245	76,08%
Cônjuge	195.733	13,29%	397.525	19,15%
Outro Parente	52.995	3,6%	75.386	3,63%
Filho	2.838	0,19%	8.673	0,42%
Empregado Doméstico	4.315	0,29%	7.456	0,36%
Agregado	2.597	0,18%	6.489	0,31%
Pensionista	196	0,01%	1.061	0,05%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise do gênero, segundo a condição na unidade domiciliar, observou-se que o número de mulheres idosas na categoria de “pessoa de referência” aumentou de

³² Cabe mencionar a diferença entre “domicílio” e “família”, empregada pelo IBGE: domicílio é o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. Já família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entendeu-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Definiram-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar (IBGE, 2012).

47,30% (n=181.129) em 2002, para 58,44% (n=390.677), em 2012 (Tabela 4). Assim, o número de famílias chefiadas por homem reduziu de 94,78% (n=1.033.436) para 84,46% (n=1.188.568), respectivamente. Segundo dados do IBGE (2015), houve aumento do número de mulheres como “pessoa de referência” não apenas no segmento idoso. Em dez anos, de 2000 a 2010, o percentual de mulheres responsáveis pela família subiu de 22,2% para 37,3%. Esse fato pode estar relacionado ao novo contexto em que a mulher idosa encontra-se, principalmente, em decorrência de modificações econômicas, sociais e culturais.

Tabela 4 – Distribuição, frequência e percentual dos idosos reinseridos, segundo a condição na unidade domiciliar e o gênero, em 2002 e 2012.

Condição na Unidade Domiciliar	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Pessoa de Referência	181.129	47,30%	1.033.436	94,78%	390.677	58,44%	1.188.568	84,46%
Cônjuge	165.431	43,20%	30.302	2,78%	215.802	32,28%	181.723	12,91%
Outro Parente	28.902	7,55%	24.093	2,21%	45.279	6,77%	30.107	2,14%
Emp. Doméstico	4.315	1,13%	0	0,00%	6.793	1,02%	663	0,05%
Filho	2.020	0,53%	818	0,08%	4.500	0,67%	4.173	0,30%
Agregado	1.114	0,29%	1.483	0,14%	4.386	0,66%	2.103	0,15%
Pensionista	196	0,02%	0	0,00%	1.061	0,16%	0	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa

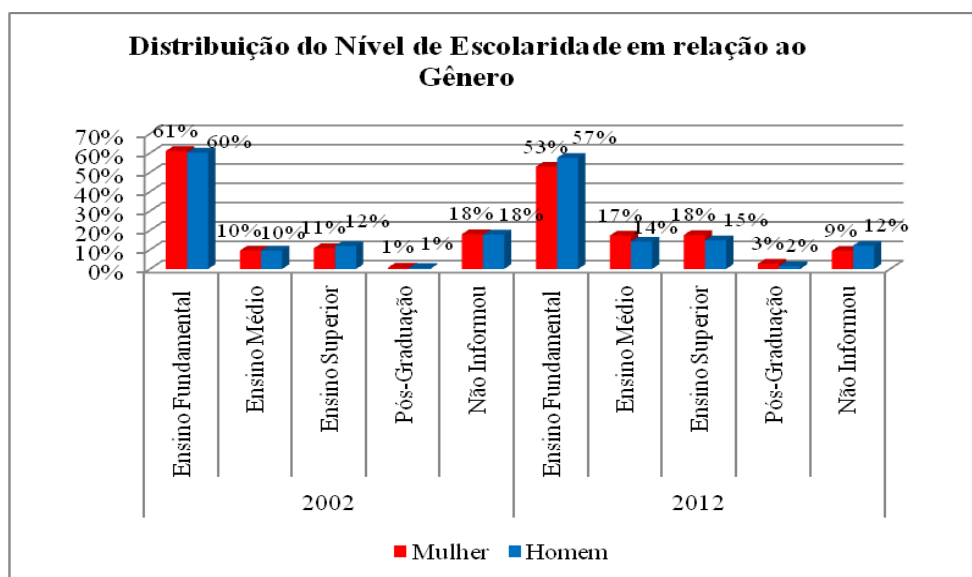
No que se refere à região do país em que os idosos reinseridos no mercado de trabalho moravam em 2002, 46,14% (n=679.729) localizavam-se na região Sudeste; 28,06% (n=413.354), na região Sul; 16,81% (n=247.697), no Nordeste; e, em menores proporções, com 4,92% (n=72.501), no Norte; e, 4,07% (n=59.958), no Centro-Oeste. Em 2012, o maior número de idosos também se encontrou na região Sudeste, com 49,3% (n=1.023.473); seguido da região Sul, com 22,76% (n=472.480); Nordeste, com 18,97% (n=393.815); Norte e Centro-Oeste, com 5,04% (n=104.670) e 3,92% (n=81.397), respectivamente. Os dados mostram que as regiões Sudeste e Sul apresentaram o maior número de idosos reinseridos e, segundo o IBGE (2010), essas regiões apresentaram evolução semelhante da estrutura etária entre 2000 e 2010. Ambas constituíam em 2010, 8,1% da população formada por idosos com 65 anos ou mais.

Quanto à alfabetização dos idosos, em 2002, 79,05% (n=1.164.593) sabiam ler e escrever e, em 2012, 86,7% (n=1.799.698). Especificamente, as mulheres alfabetizadas compuseram 77,5% (n=296.569), em 2002, aumentando, em 2012, para 88,6% (n=592.594); enquanto os homens representaram 79,7% (n=868.024) e passaram para

85,8% (n=1.207.104). Observa-se, assim, o aumento de trabalhadores alfabetizados, para ambos os gêneros. É importante ressaltar que o idoso reinserido do ano de 2002 é diferente do idoso do ano de 2012, uma vez que os últimos tiveram maior acesso à educação formal. Segundo Fraga (2012), os idosos brasileiros apresentavam uma baixa participação na educação formal, pois a universalização do acesso à educação constitui um fenômeno mais recente. Para Oliveira et al. (2010), a educação ocupa papel fundamental na formação crítica do idoso, pois o mantém ativo e consciente, oportunizando uma maior inserção social.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, foi possível observar que, em 2002, 60,46% (n=890.735) dos idosos possuíam o ensino fundamental; 9,54% (140.560), ensino médio; 11,56% (n=170.313), ensino superior; 0,58% (n=8.577) pós-graduação; e, 17,86% (n=263.054) não declararam. Em 2012, 56,01% (n=1.162.692) completaram o ensino fundamental; 15,18% (315.116), o ensino médio; 15,69% (n=325.612), ensino superior; 1,88% (n=39.121), pós-graduação; sendo que 11,24% (n=233.294) não declararam, como pode ser analisado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição do nível de escolaridade em relação ao gênero dos idosos reinseridos no mercado de trabalho, Brasil, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa

Os homens reinseridos apresentaram maior índice de escolaridade em todos os níveis de instrução sendo que a grande parte estudou até o ensino fundamental. A percentagem dos que possuíam o ensino médio e ensino superior foi muito próxima,

principalmente em 2012. Verifica-se que, em 2012, houve aumento de proporção de mulheres em relação aos homens, no ensino médio, superior e pós-graduação, o que pode ser explicado pelo fato de o acesso das mulheres ter se tornado uma realidade a partir de 1970, com a expansão da escolaridade e o aumento do número de vagas oferecidas nas universidades. Neste curto espaço de tempo as mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade em que são mais escolarizadas que o contingente masculino na população brasileira (GUEDES, 2004).

4.2. A Reinserção do Idoso no Mercado de Trabalho segundo o Gênero

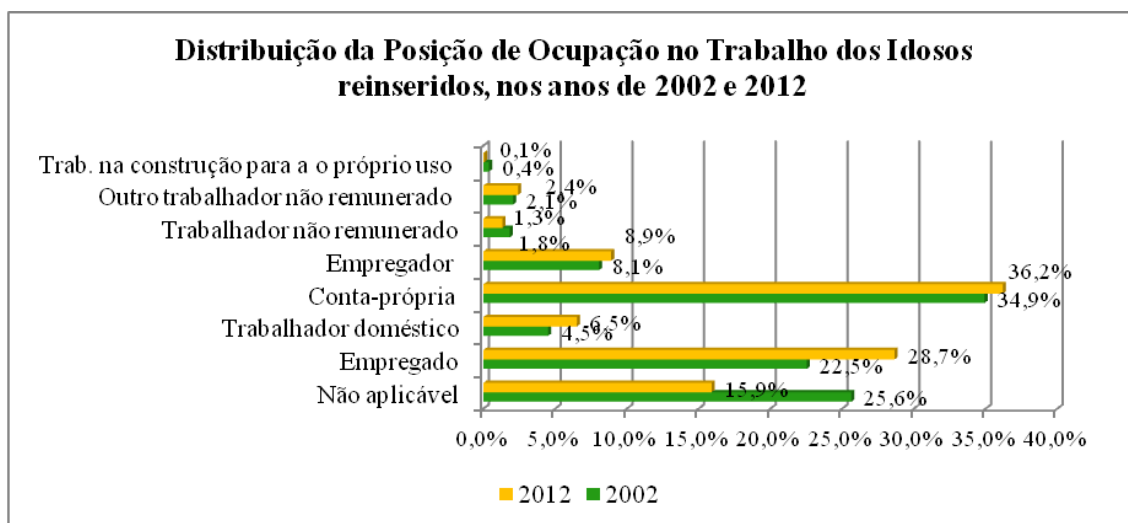
Esta sessão foi subdividida em dois tópicos, definidos em função dos objetivos da pesquisa. No primeiro, analisou-se, comparativamente, o tipo de atividade econômica que o idoso reinserido no mercado de trabalho exercia; e, no segundo, os rendimentos.

4.2.1 Tipo de Atividade Econômica

De interesse para a pesquisa foi analisar, comparativamente, as variações nas taxas de reinserção do idoso no mercado de trabalho, segundo as características sociodemográficas, econômicas e de gênero dos anos de 2002 e 2012.

No que se refere à variável posição de ocupação no trabalho (Gráfico 3), foi constatado que a ocupação “por conta-própria” apresentou a maior percentagem, com 34,92% (n=514.411), em 2002, aumentando para 36,21% (n=751.581), em 2012. Segundo Correa e Lopes (2009), algumas modificações ocorridas na economia do Brasil, iniciadas na década de 1990, podem explicar esse resultado, uma vez que transformaram a dinâmica do mercado de trabalho e o avanço da informalidade, como as políticas anti-inflacionárias que conservaram o baixo e lento aumento das atividades econômicas; o aumento das crises financeiras; as mudanças estruturais, como a abertura comercial e financeira; a reestruturação produtiva; a privatização; a extensa incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços; e, a diminuição do emprego industrial. Desse modo, a combinação desses fatores repercutiu de maneira negativa sobre o mundo do trabalho, como consequência, tem-se o crescimento da ocupação do trabalho por conta própria.

Gráfico 3 – Distribuição da posição de ocupação no trabalho dos idosos reinseridos, Brasil, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa.

A ocupação com o segundo maior número de trabalhadores e a que mais cresceu percentualmente no período diz respeito ao “empregado”, com 22,53% (n=331.984), em 2002, aumentando para 28,66% (n=594.901), em 2012. De acordo com Dias (2014), o aumento do emprego é uma das causas da rotatividade no mercado de trabalho no Brasil, pois o trabalhador busca uma melhor colocação no trabalho. A condição de empregador apresentou 8,06% (n=118.724) e 8,91% (n=184.902), em 2002 e 2012, respectivamente.

A condição de “trabalhador doméstico” com 4,51% (n=66.464) aumentou para 6,52% (n=135.303) em dez anos. A partir da década de 1990, o emprego de trabalhador doméstico deixou de ser visto como um meio de ingresso ao mercado de trabalho para pessoas com baixo nível de instrução, migrantes do processo de urbanização ou como um emprego de transição para outros de mais status e rendimentos na esfera produtiva. Dessa forma, esse trabalho passou a ser caracterizado como uma ocupação permanente, com um número de trabalhadores cada vez maior (ANDRADE, 2004).

Em menores proporções, encontram-se a posição de “outro trabalhador não remunerado”, que compôs 2,07% (n=30.560), em 2002, passando a 2,42% (n=50.309), em 2012, seguido da ocupação de “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” com 1,84% (n=27.061), em 2002, e reduzindo a 1,33% (n=27.569), em 2012. A categoria “trabalhador na construção para o próprio uso” apresentou 0,39% (n=5.791), diminuindo a 0,05% (n=1.051). Segundo Maia (2015), esse tipo de ocupação

é encontrado nos municípios com menor desenvolvimento e em comunidades com precárias condições de desenvolvimento socioeconômico e menor concentração populacional.

Analisando as diferenças de gênero da variável posição de ocupação no trabalho, pode ser observado (Tabela 5), que o trabalho feminino aumentou nas categorias de “empregado” (18,11% e 27,02%, respectivamente) e “trabalhador doméstico” (12,17% e 16,41%, respectivamente). Essa ampliação da inserção da mulher idosa no mercado de trabalho não é representada apenas pela busca de independência e auto realização, mas também pelo empobrecimento e necessidade de aumentar a renda da família (GONÇALVES et al., 2013).

Tabela 5 – Distribuição e frequência da posição na ocupação no trabalho dos idosos, segundo a condição do gênero, em 2002 e 2012.

Posição na ocupação no trabalho	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Conta-própria	149.523	39,05%	364.888	33,48%	242.395	36,26%	509.186	36,18%
Empregado	69.360	18,11%	262.624	24,10%	180.611	27,02%	414.290	29,44%
Trabalhador doméstico	46.614	12,17%	19.850	1,82%	109.682	16,41%	25.62	1,82%
Empregador	22.756	5,94%	95.968	8,81%	38.179	5,71%	146.723	10,43%
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	16.753	4,38%	10.308	0,95%	19.855	2,97%	7.714	0,55%
Outro trabalhador não remunerado	14.095	3,68%	16.465	1,51%	32.340	4,84%	17.969	1,28%
Trabalhador na construção para o próprio uso	0	0,00%	5.791	0,53%	0	0,00%	1.051	0,07%
Não aplicável	63.810	16,66%	313.855	28,80%	45.436	6,80%	284.783	20,24%

Fonte: Dados da pesquisa.

O trabalho como “empregado” (24,10% e 29,44%, respectivamente) e “por conta-própria” (33,48% e 36,18%, respectivamente) foram os que mais aumentaram para o sexo masculino. Em relação ao trabalho “por conta-própria”, na pesquisa de Leone e Baltar (2008) também foi verificado esse aumento; elevando, assim, a representatividade dessa categoria de ocupação. Os autores abordam que a flexibilização do trabalho assalariado resultou no aumento do número de trabalhadores por conta-própria, que constitui um trabalho assalariado disfarçado, como, por exemplo,

o trabalho na própria residência, as consultorias, o uso da pessoa jurídica, o uso de cooperativas de trabalho, dentre outros. Isso significa que grande parte do que é registrado nas estatísticas, como trabalho por conta-própria, constitui um emprego assalariado disfarçado, o que pode induzir à subestimação do número de indivíduos que compõem o mercado de trabalho assalariado e, conseqüentemente, a PEA.

Na posição de ocupação “empregado”, constatou-se o aumento no número de trabalhadores de ambos os sexos. É importante ressaltar que o aumento foi maior em relação às mulheres. Esse fato pode estar relacionado com o aumento da qualificação profissional feminina (PAZELLO, 2006).

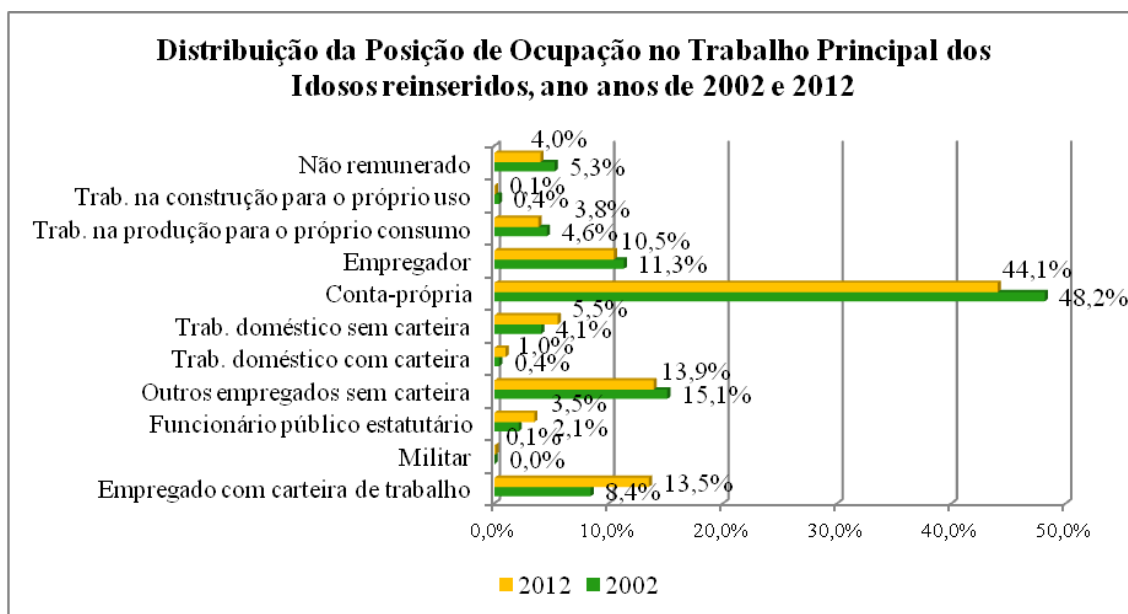
Vale ressaltar que a posição de “trabalhador doméstico” aumentou apenas entre as mulheres (12,17% e 16,41%, respectivamente), mantendo-se constante para os homens em 1,82%. De acordo com Sanches (2009), as mulheres geralmente são a maioria no trabalho doméstico constituindo uma parcela significativa da força de trabalho no mundo. O aumento da desigualdade e da pobreza fez com que muitas mulheres buscassem por atividade remunerada. Nas últimas décadas, ocorreu a ampliação da participação feminina em todos os segmentos no mercado de trabalho, principalmente nos setores da indústria, da produção científica e da construção civil. Apesar disso, o trabalho doméstico permaneceu muito relevante na ocupação feminina, mantendo-se entre as principais categorias ocupacionais das mulheres.

A ocupação de “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” sofreu redução entre os homens (0,95% e 0,55%, respectivamente) e as mulheres (4,38% e 2,97%, respectivamente). Na ocupação de “outro trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” há um aumento do segmento feminino (3,68% e 4,84%, respectivamente) e redução do masculino (1,51% e 1,28%, respectivamente). Desta forma, a distribuição de homens e mulheres nessas ocupações indica o diferencial de gênero e, especialmente, a hierarquia social das posições na ocupação, onde existe a maior concentração das mulheres nas ocupações menos valorizadas socialmente (ANJOS, 2009).

Na posição de ocupação no trabalho principal (Gráfico 4), os idosos que trabalhavam “por conta-própria” constituíram 48,2% (n=709.493), em 2002, obtendo uma queda em 2012, para 44,1% (n=914.475), embora ainda permaneça como a principal posição de ocupação. As pessoas que trabalhavam por conta-própria constituíam uma parcela importante da força de trabalho no Brasil, representando a inserção laboral de aproximadamente 23% dos ocupados em 2012 (PNAD, 2012).

Mountian e Diaz (2014) destacam que uma das características dessa atividade econômica, constitui a sobre-representação dos idosos, conforme constatado pelos dados.

Gráfico 4 – Distribuição da posição de ocupação no trabalho principal dos idosos reinseridos, Brasil, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria de “outros empregados sem carteira assinada” constituiu 15,1% (n=222.778), em 2002, reduzindo para 13,9% (n=289.349), em 2012. Segundo Queiroz e Ramalho (2009), as ocupações sem carteira de trabalho assinada, elencadas como informais, são as mais predominantes entre os idosos, o que não foi confirmado pelos dados da pesquisa.

Os “empregados com carteira de trabalho assinada” constituíram, em 2002, 8,4% (n=123.957), com aumento para 13,5% (n=280.565), no ano de 2012. Na pesquisa de Diniz (2013), que analisou os dados entre os anos de 2001 a 2011, também foi encontrado o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada.

Os “empregadores” passaram de 11,3% (n=166.987), em 2002, para 10,5% (n=217.055), em 2012; e, em menores proporções os “trabalhadores domésticos sem carteira apresentaram 4% (n=60.337), aumentando para 6% (n=115.033); trabalhador na produção para o próprio consumo constituiu 5% (n=67.712), com redução para 4% (n=79.876); trabalhador não remunerado constituiu 5% (n=7.682), reduzindo para 4%

(n=83.648); funcionário público estatutário compôs 2% (n=31.322), aumentando para 3% (n=72.582); trabalhador doméstico com carteira assinada obteve 0% (n=6.127), passando a 1% (n=20.270); militar, 0% (n=474) e 0% (n=1.931); e, trabalhador na construção para o próprio uso, 0% (n=5.791) e 0% (n=1.051).

Na posição da ocupação no trabalho principal (Tabela 6), o trabalho “por conta-própria” constituiu o maior percentual em ambos os gêneros (43,61% e 37,81% para as mulheres; e, 49,78% e 47,02% para os homens, respectivamente), embora tenha havido um declínio para ambos os sexos, sendo mais acentuado para o sexo feminino. No Brasil os trabalhadores com 50 anos ou mais de idade representam cerca de 20% da força de trabalho total, sendo que esse percentual aumenta para 30,7% quando comparado ao subgrupo ocupacional conta-própria (MOUNTIAN; DIAZ, 2015).

Tabela 6 – Distribuição e frequência da posição na ocupação no trabalho principal segundo a condição do gênero em 2002 e 2012.

Posição na ocupação do trabalho no trabalho principal	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Conta-própria	166.978	43,61%	542.515	49,78%	252.739	37,81%	661.736	47,02%
Não remunerado	49.643	12,96%	28.039	2,57%	56.295	8,42%	27.353	1,94%
Trab. doméstico sem carteira	43.202	11,28%	17.135	1,57%	93.934	14,05%	21.099	1,50%
Outros empregados sem carteira	39.401	10,29%	183.377	16,83%	68.851	10,30%	220.498	15,67%
Empregador	26.692	6,97%	140.295	12,87%	41.332	6,18%	175.723	12,49%
Trab. na prod. para o próprio consumo	21.198	5,54%	46.514	4,27%	26.185	3,92%	53.691	3,82%
Func. público estatutário	12.098	3,16%	19.224	1,76%	37.341	5,59%	35.241	2,50%
Emp. com carteira de trabalho	20.287	5,30%	103.670	9,51%	76.073	11,38%	204.492	14,53%
Trab. doméstico com carteira	3.412	0,89%	2.715	0,25%	15.748	2,36%	4.522	0,32%
Trab. na construção para o próprio uso	0	0,00%	5.791	0,53%	0	0,00%	1.051	0,07%
Militar	0	0,00%	474	0,04%	0	0,00%	1.931	0,14%

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito à posição na ocupação no trabalho “não remunerado”, observou-se que o número de mulheres nessa condição reduziu em dez anos, embora, ainda supere o masculino (2,57% e 1,94%, respectivamente), em 2002 (12,96%) e, em

2012, seja de (8,42%). Faria (2002) ressalta que as mulheres, em todas as faixas etárias e situações familiares, devotam uma parte significativa do seu tempo ao trabalho não remunerado, ao contrário dos homens que passam a maior parte do seu tempo exercendo atividades relacionadas ao trabalho remunerado.

A condição de “trabalhador doméstico sem carteira assinada” aumentou entre as mulheres (11,28% e 14,05%, respectivamente), enquanto o percentual masculino permaneceu praticamente o mesmo (1,57% e 1,50%, respectivamente), com baixa participação. Na pesquisa de Bilac (2015), também foi encontrado o reduzido nível de formalização do trabalho doméstico, pois entre as mulheres aproximadamente dois terços das empregadas domésticas não possuíam carteira de trabalho assinada. Segundo Theodoro e Scorzafave (2011), o trabalho doméstico é uma atividade tradicionalmente feminina, possivelmente por motivos culturais, uma vez que os afazeres domésticos são vistos na sociedade brasileira como de responsabilidade da mulher, independente de sua situação financeira.

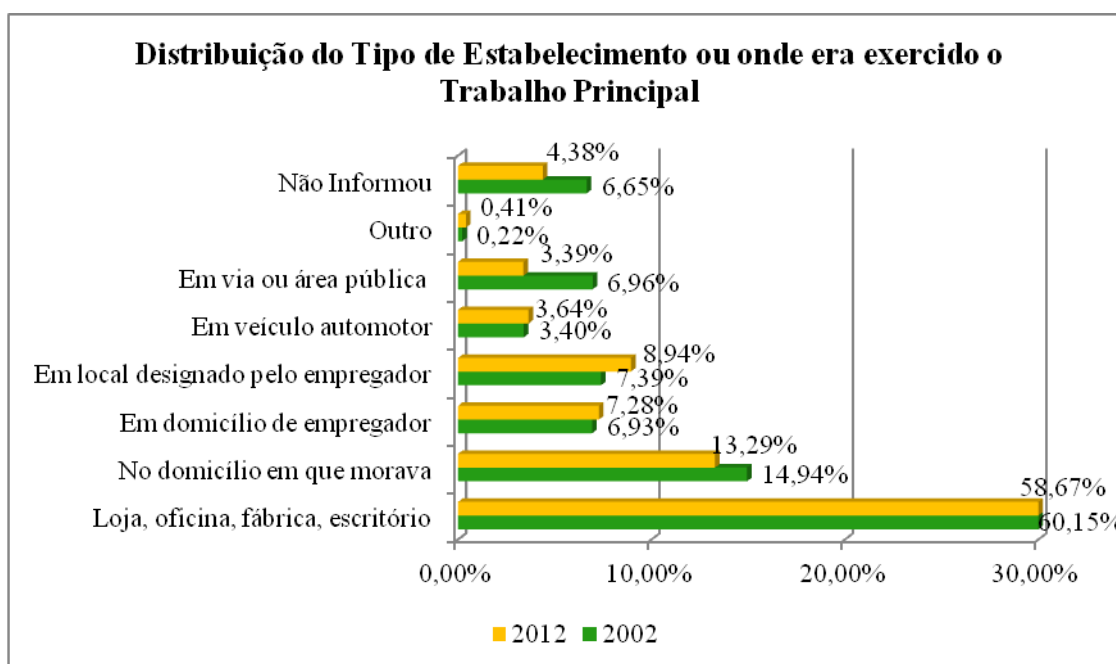
A condição de “outros empregados sem carteira” (10,29% e 10,30%, entre as mulheres; e, 16,83% para 15,67%, entre os homens) e “empregador” (6,97% e 6,18%; e, 12,87% e 15,67%, respectivamente) não possuíram alterações significativas em ambos os sexos.

Na posição de “funcionário público estatutário”, as mulheres idosas constituíram a maioria, tanto em 2002 (3,16%), quanto em 2012 (5,59%), situação também observada na pesquisa de Bilac (2015) desenvolvida no estado de São Paulo. De acordo com Sorj et. al., (2007), a admissão nesse tipo de ocupação é realizada mediante concurso público e, dessa forma, a discriminação sexual fica dificultada. O setor público abrange uma expressiva gama de ocupações que foram tipificadas como “próprias para mulheres”, como, por exemplo, serviços educacionais, de saúde, dentre outros, afetando a oferta e a demanda por mulheres trabalhadoras, o que não deveria de ser uma discriminação de gênero.

Na categoria de “empregado com carteira de trabalho”, o número de mulheres duplicou em 10 anos (5,30% e 11,38%, respectivamente). Esse aumento também foi confirmado pela pesquisa do Data Popular (2011), que analisou o número de mulheres com carteira assinada nos anos de 2002 e 2011 e, com um aumento de 53,4%, passando de 9,5 para 14,7 milhões de brasileiras, ou seja, essa diferença evidenciou que o trabalho feminino no país está em crescimento não apenas no segmento idoso.

No que se refere ao tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal (Gráfico 5) em 2002, 60,15% (n=664.714) dos idosos trabalhavam em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.” e, em 2012, 58,67% (n=1.083.387). Dados de abrangência nacional, não foram encontrados na literatura, pois as pesquisas encontradas evidenciavam os estados. Na pesquisa desenvolvida pelo Boletim PAD (2015), que analisou o tipo de local do negócio ou empresa (loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública ou galpão), no estado de Minas Gerais, observou-se que 36,9% dos trabalhadores possuíam idade entre 10 a 14 anos, 56,5% constituíram a faixa etária de 15 a 59 anos e, os que possuíam idade superior a 60 anos, representaram 38,7% da amostra.

Gráfico 5 – Distribuição do tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal dos idosos reinseridos, Brasil, 2002/2012.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os trabalhadores que exerciam suas atividades no “domicílio em que moravam” constituíram 14,94% (n=165.122), em 2002, reduzindo para 13,29% (n=245.372), em 2012; seguindo a diferença entre 10 anos, tem-se: “em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês”, 6,93% (n=76.597) e 7,28% (n=134.422); “em local designado pelo empregador, cliente ou freguês”, 7,39% (n=81.667) e 8,94% (n=165.107); trabalhadores que exerciam suas atividades “em veículo automotor” constituíram 3,40% (n=37.581) e

3,64% (n=67.275); “em via ou área pública”, 6,96% (n=76.951) e 3,39% (n=62.516); “outro” 0,22% (n=2.388) e 0,42% (n=80.927); e, “não aplicável” 6,65% (n=73.503), reduzindo a 4,38% (n=80.927), respectivamente. Não se observa uma variação significativa no local de execução do trabalho principal no período analisado.

Porém, quando se analisa o tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal, de acordo com a condição do gênero (Tabela 7), verifica-se que o percentual de mulheres idosas que trabalhavam em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.” aumentou (41,55% e 49,70%, respectivamente) embora os homens continuem sendo a maioria nessa condição (62,43% e 63,56%, respectivamente).

Tabela 7 – Distribuição e frequência do tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal, segundo a condição do gênero, em 2002 e 2012.

Tipo de estabelecimento	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Loja, Oficina, Fábrica, Escritório, Escola, etc.	141.380	41,55%	523.334	62,43%	323.595	49,70%	759.792	63,56%
No Domicílio em que Morava	104.083	30,59%	61.039	7,28%	157.926	24,25%	87.446	7,32%
Em Domicílio de Empregador	44.418	13,05%	32.179	3,84%	108.325	16,64%	26.097	2,18%
Em Local Designado pelo Empregador	8.183	2,40%	73.484	8,77%	17.867	2,74%	147.240	12,32%
Em Veículo Automotor	626	0,18%	36.955	4,41%	1.132	0,17%	66.143	5,53%
Em Via ou Área Pública	20.411	6,00%	56.540	6,75%	15.339	2,36%	47.177	3,95%
Outro	0	0,00%	2.388	0,28%	758	0,12%	6.748	0,56%
Não Aplicável	21.198	6,23%	52.305	6,24%	26.185	4,02%	54.742	4,58%

Fonte: Dados da pesquisa.

O número de mulheres que trabalhava “no domicílio em que moravam” constituiu a maioria, apesar da redução de 30,59% (n=104.083), em 2002, para 24,25% (n=157.926) em 2012; e, o número de homens na mesma condição possuiu pequena alteração (7,28% e 7,32%, respectivamente). O trabalho no domicílio geralmente é exercido sob contratos formais e, esta condição muitas vezes está relacionada às mulheres (LAVINAS; SORJ, 1997).

No tipo de estabelecimento do trabalho principal realizado “em domicílio do empregador” ocorreu a predominância feminina em ambos os anos, passando de 13,05% (n=44.418), para 16,64% (n=108.325).

Os homens constituíram a maioria no trabalho exercido “em local designado pelo empregador”, com 8,77% (n=73.484) e 12,32% (n=147.240); “em veículo automotor”, 4,41% (n=36.955) e 5,53% (n=66.143); e, “em via ou área pública”, 6,75% (n=56.540) e 3,95% (n=47.177), respectivamente, em 2002 e 2012. Sendo assim, fica evidente que, em determinadas ocupações, as mulheres são minoria, o que caracteriza a segregação laboral por gênero do empregado, o que está presente mesmo em se tratando de idosos.

O número de horas normalmente trabalhadas por semana no trabalho principal dos idosos mostra que, em 2002, 23,13% (n=328.620) trabalhavam até 20 horas e, em 2012, 23,14% (n=457.467); os que trabalhavam de 21 a 40 horas constituíram 40,79% (n=579.498), aumentando para 43,60% (n=863.299); e, os indivíduos que trabalhavam 41 horas ou mais, compuseram 36,08% (n=513.184), reduzindo a 33,27% (n=658.160). Verifica-se, assim, um aumento no número de idosos que trabalhavam entre 21 e 40 horas, que constitui a jornada de trabalho semanal para os empregados. Isso está de acordo com o tipo de atividade exercida pela maioria dos idosos, como o trabalho em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.”, “em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês” e “em local designado pelo empregador, cliente ou freguês”.

Analisando as diferenças de gênero das horas trabalhadas por semana (Tabela 8), evidenciam que, em 2002, o trabalho feminino de “até 20 horas” era realizado por 41,2% (n=154.806), sendo que, em 2012, esse percentual reduziu para 36,9% (n=238.838). No trabalho “de 21 a 40 horas”, as mulheres representaram 36,9% (n=138.501), em 2002, e 39,8% (n=257.605), em 2012. Esses dados evidenciam a maior inserção da mulher idosa, que trabalhava de 21 a 40 horas, jornada de trabalho característica dos empregados. Talvez, a crescente participação feminina da idosa no mercado de trabalho possa estar relacionada às suas experiências já vivenciadas, pois essas mulheres tiveram oportunidades diferentes das demais, principalmente devido às mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira.

Tabela 8 – Número de horas normalmente trabalhadas por idosos reinseridos no trabalho principal, em 2002 e 2012.

Número de Horas Trabalhadas	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Até 20 horas	154.806	41,2%	173.814	16,6%	238.838	36,9%	218.629	16,4%
De 21 a 40 horas	138.501	36,9%	440.997	42,2%	257.605	39,8%	605.694	45,5%
41 horas ou mais	82.463	21,9%	430.721	41,2%	150.449	23,3%	507.711	38,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às horas trabalhadas, a maior participação da população ocupada masculina ocorreu “de 21 e 40 horas”, especificamente 42,2% (n=440.997) e 45,5% (n=605.694), em 2002 e 2012, respectivamente. A maior carga de trabalho dos idosos pode estar relacionada ao papel tradicional de sustentar a família. As solidariedades material e financeira são representadas pelo apoio econômico, que pode ocorrer por meio de um auxílio monetário direto, por exemplo, pagamento pelos idosos, de gastos com educação e com saúde dos netos, sustento devido à coabitação aos filhos, dentre outros (BRUSCHINI, 1990).

4.2.2 Rendimentos

Para comprovar se existiam diferenças nos diferentes tipos de rendimento entre os anos de 2002 e 2012, procedeu-se ao teste t para igualdade de médias em amostras independentes, o que também foi realizado para se analisar as diferenças de gênero.

A média do valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos, no ano de 2002, foi de R\$1.276,17 e, em 2012, R\$2.036,45 (Tabela 9), sendo a diferença de R\$-760,28 estatisticamente significativa ($T=-5,5049$, $\text{sig}=0,000$, $p<0,05$). Desse modo, rejeita-se com 95% de confiança ($p<0,05$) a hipótese de não haver diferença entre o rendimento mensal do trabalho principal dos idosos, observando-se um aumento em relação ao ano de 2002. Esses dados evidenciam o aumento do poder aquisitivo e consequente poder de compra desse segmento no país. Accoub (2011) menciona as diferenças percebidas no modo de vida ou estilo de vida no país, ocorridos principalmente após a política econômica adotada nos anos 1990.

Tabela 9 – Teste t para diferenças no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	1.276,17	-760,28	1.177,07	1.375,28	-5,5049	0,000*
Renda 2012	2.036,45		1.784,45	2.288,45		

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à análise do rendimento mensal, segundo o gênero (Tabela 10), a média do valor do rendimento mensal feminino foi de R\$694,23, em 2002, menor do que a média dos homens, equivalente a R\$1.495,99 com diferença de R\$801,69. O teste t mostra que o valor do rendimento mensal do trabalho principal das mulheres e dos homens se diferenciava estatisticamente. Logo, rejeita-se a hipótese com 95% de confiança de não haver diferença entre a renda do trabalho principal dos homens e das mulheres (T= -9.3298, sig=0,000), dado que ao observar as médias do rendimento admite-se que as mulheres recebiam menos que os homens. Trento (2008) reforça essa ideia quando menciona que os homens e mulheres idosos vivem realidades distintas, pois enquanto ativas no mercado laboral, as mulheres geralmente recebem salário menores que os homens, mesmo realizando funções idênticas. Desse modo, a realidade vivenciada pelos idosos em 2002 não se difere daquela vivida por outras faixas etárias, o que indica a perpetuação da discriminação salarial por gênero do trabalhador.

Tabela 10 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	694,23	801,69	585,82	802,64	-9,3298	0,000*
Renda H	1.495,99		1.366,82	1.625,00		
2012 Renda M	1.936,63	-19,39	1.565,61	2.307,66	-0,0914	0,927*
Renda H	1.917,33		1.732,46	2.102,24		

Fonte: Dados da pesquisa.

Porém, em 2012, a média do valor do rendimento mensal do trabalho principal das mulheres era de R\$1.936,63 e dos homens R\$1.917,33, com diferença de R\$-19,39 entre os dois grupos, não sendo estatisticamente significativa (T=-0,0914, sig=0,927,

$p > 0,05$). Assim, homens e mulheres reinseridos recebiam renda igual. Trento (2008) menciona que geralmente os salários dos homens são superiores aos das mulheres. Entretanto, a maior inserção feminina no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade podem explicar esse aumento da renda das mulheres.

Para confirmação desse teste, visando anular determinado problema da distribuição da frequência foi aplicado o teste t considerando o log na variável do rendimento mensal do trabalho principal (Tabela 11).

Tabela 11 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda Mulher	6.798276	-0163024	6.703276	6.893276	-0.2868	0.774*
Renda Homem	6.814578		6.756074	6.873082		

Fonte: Dados da pesquisa.

O resultado do teste aponta para a confirmação do resultado da Tabela 10, onde homens e mulheres reinseridos recebiam o rendimento mensal do trabalho principal igualmente com 95% de confiança ($T = -0,2868$, $sig = 0,774$, $p > 0,05$), no ano de 2012.

A média do valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos reinseridos (Tabela 12), em 2002, constituiu R\$1.337,67 e, em 2012, R\$2.121,45, com diferença de R\$-783,74, sendo estatisticamente significativa ($T = -5.4522$, $sig = 0,000$, $p < 0,05$). Logo, rejeita-se com 95% de confiança ($p < 0,05$) a hipótese de não haver diferenças entre o rendimento mensal de todos os trabalhos entre dez anos, pois admite-se que, em 2002, o valor total dos rendimentos de todos os trabalhos dos idosos era menor que os rendimentos recebidos no ano de 2012.

Tabela 12 – Teste t para diferenças no valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	1.337,67	-783,74	1.229,34	1.446,00	-5.4522	0,000*
Renda 2012	2.121,45		1.861,22	2.381,60		

Fonte: Dados da pesquisa.

A diferença de R\$-854,42 observada entre os gêneros no valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos em 2002, conforme Tabela 13, é estatisticamente significativa ($T=-9,2779$, $\text{sig}=0,000$, $p<0,05$). Logo, rejeita-se a hipótese de não haver diferença entre os gêneros, visto que, observando-se as médias de ambos, admite-se que os homens ganhavam mais rendimentos oriundos de todos os trabalhos quando comparados às mulheres. Goldschmidt (2008) enfatiza que a discriminação feminina na igualdade de oportunidade de emprego e na igualdade de direitos no contrato de trabalho é decorrente do modelo patriarcal no Brasil, uma vez que por muitos anos as mulheres eram desrespeitadas em seus direitos sociais fundamentais mínimos, como sua inclusão ao mercado de trabalho, pois sua função era destinada aos afazeres do lar.

Tabela 13 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos reinscritos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	717,92	- 854,42	606,28	829,56	-9,2779	0,000*
Renda H	1.572,34		1.430,30	1.714,38		
2012 Renda M	2.383,74	437,20	1.448,52	3.318,95	0,8959	0,370*
Renda H	1.946,54		1.739,44	2.153,65		

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às diferenças de gênero no valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos reinscritos em 2012, (Tabela 13), verifica-se que a diferença de R\$437,20 observada entre os gêneros não é estatisticamente significativa ($T=0,8959$, $\text{sig}=0,370$, $p>0,05$). Sendo assim, infere-se que tanto os homens quanto as mulheres recebiam igualmente no que se refere ao valor do rendimento mensal de todos os trabalhos. De acordo com Leone (2003), as diferenças de trabalho e de renda dos homens e das mulheres estão diminuindo, não apenas pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens; mas, sobretudo, pelo aumento dos empregos que o mercado de trabalho oferece a ambos os sexos.

Já no que concerne ao teste t considerando o Log, também se observou que as diferenças de gênero no valor do rendimento mensal de todos os trabalhos dos idosos reinscritos em 2012 (Tabela 14), não é estatisticamente significativa ($T=-1,2607$, $\text{sig}=0,0,207$, $p>0,05$). Desse modo, evidencia-se que homens e mulheres recebiam igualmente

no que se diz respeito ao valor do rendimento mensal de todos os trabalhos. A concretização da participação feminina no mundo do trabalho não se reflete somente na aproximação por sexo das taxas de participação, mas também na redução do hiato salarial entre homens e mulheres (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Tabela 14 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento mensal do trabalho principal dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança		T	Sig.
			(I.C – 95%)			
Renda Mulher	6.824217	-073044	6.766532	6.881902	-1,2607	0,207*
Renda Homem	6.751173		6.653174	6.849172		

Fonte: Dados da pesquisa.

No rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos em 2002 e 2012, a diferença de R\$-270,96 observada nos dois anos, de acordo com a Tabela 15, é estatisticamente significativa ($T=-5,9373$, $sig=0,000$, $p<0,05$). Logo, rejeita-se a hipótese de não haver diferença entre o rendimento de aposentadoria, visto que observando-se as médias de ambos os anos, admite-se que, em 2002, o rendimento médio era de R\$1.064,70, sendo menor do que o rendimento de 2012, com R\$1.335,69. O rendimento de aposentadorias próximas ou inferiores ao salário mínimo cresceu sistematicamente no período de 2001 a 2012, o que se deve ao crescimento do valor real do salário mínimo (HOFFMANN, 2015). Na visão de Camargo e Reis (2008), o salário de reserva dos trabalhadores aumentou, devido ao aumento da renda da aposentadoria que, por sua vez, teria gerado um aumento da pressão salarial, induzindo a maiores taxas de desemprego e à maior incidência de desemprego de longo prazo. Os aumentos no salário reserva também teriam influenciado as decisões de participação dos idosos trabalhadores que teriam passado a recusar ofertas de emprego consideradas insatisfatórias, que seriam aceitas com uma renda alternativa mais baixa. Esse fato teria ocasionado aumentos nos rendimentos do trabalho principal em termos relativos, além de contribuir para o aumento mais intenso do desemprego dos idosos.

Tabela 15 – Teste t para diferenças do rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	1.064,70	-270,96	998,37	1.131,03	-5,9373	0,000*
Renda 2012	1.335,69		1.275,60	1.395,71		

Fonte: Dados da pesquisa.

No rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal do ano de 2002, a diferença de R\$-499,21 observada entre as mulheres e os homens é estatisticamente significativa ($T=-9,2053$, $sig=0,000$, $p<0,05$). Com isso, rejeita-se, com 95% de confiança ($p<0,05$), a hipótese de não haver diferença no rendimento de aposentadoria entre os gêneros. Observando-se as médias de ambos os grupos, dados da Tabela 16, mostram que os idosos possuíam, em média, R\$1.200,45 de aposentadoria e as trabalhadoras idosas, R\$701,24. De acordo com Motta (2009), o trabalho tradicionalmente favorece a afirmação da masculinidade do homem. Dessa forma, os mesmos procuram sua fixação em formas identitárias aprovadas pela sociedade, como ser provedor, militante e chefe de família, uma vez que geralmente, estar fora do mercado de trabalho interfere negativamente em sua autoestima e, ser provedor da família constitui a identidade masculina, principalmente no seguimento idoso.

Tabela 16 – Teste t para diferenças de gênero do rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	701,24	-499,21	640,94	761,54	-9,2053	0,000*
Renda H	1.200,45		1.112,81	1.288,09		
2012 Renda M	1.349,19	67,93	1.214,83	1.483,55	0,8874	0,375*
Renda H	1.281,26		1.214,12	1.348,41		

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal que os idosos recebiam, normalmente, no mês de referência em 2012, (Tabela 16), foi possível observar que a diferença encontrada entre os gêneros de R\$67,93 não é estatisticamente significativa ($T=0,8874$, $sig=0,375$, $p>0,05$), logo, ao

nível de significância de 95% ($p>0,05$), aceita-se a hipótese de não haver diferenças entre os rendimentos provenientes da aposentaria entre homens e mulheres, no ano de 2012; ou seja, os gêneros recebiam igualmente. A pesquisa elaborada por Leme e Wajnman (2000), na perspectiva de coortes, confirma a tendência de aproximação dos rendimentos do trabalho das mulheres e dos homens e, conseqüentemente, aproximação no valor da aposentadoria.

Por meio do teste t utilizando o Log (Tabela 17), foi possível observar que não haviam diferenças entre os rendimentos provenientes da aposentaria do instituto de previdência ou do governo federal entre homens e mulheres, no ano de 2012, visto que a diferença entre os rendimentos não é estatisticamente significativa a 95% de confiança ($T=-0,1642$, $\text{sig}=0,869$, $p>0,05$). Essa situação pode ser explicada pelo fato de o valor das aposentadorias ser estipulado de acordo com a contribuição previdenciária, havendo um teto estabelecido por lei.

Tabela 17 – Teste t para diferenças de gênero do rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda Mulher	6.855571	-.0044926	6.809058	6.902085	-0,1642	0,869*
Renda Homem	6.860064		6.833225	6.886903		

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos anos de 2002 e 2012 (Tabela 18), verifica-se que a diferença de R\$62,43 não é estatisticamente significativa ($T=0,3795$, $\text{sig}=0,704$, $p>0,05$), pois a média em 2002 constituiu R\$1.000,82 e, em 2012, R\$938,41. Desta forma, o teste t aponta que em ambos os anos o valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal eram iguais com 95% confiança ($p>0,05$), assim, aceita-se a hipótese de não haver diferenças de rendimentos.

Tabela 18 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	1.000,82	62,43	711,01	1.290,66	0,3795	0,704*
Renda 2012	938,41		791,49	1.085,34		

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 19 mostram que, em 2002, a média do valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal das mulheres era de R\$939,72 e dos homens R\$1.249,53, com diferença de R\$-309,82, entre os dois grupos; ou seja, não é estatisticamente significativa ($T=0,7870$, $\text{sig}=0,927$, $p>0,05$), com 95% confiança. Sendo assim, homens e mulheres reinseridos recebiam a pensão de instituto de previdência ou do governo federal igualmente. Dessa forma, aceita-se a hipótese de não haver diferenças de rendimentos de pensão de instituto de previdência ou do governo federal. Zorzini et al. (2011) mencionam que, entre os benefícios previdenciários, as pensões, são uma importante fonte de renda previdenciária, mesmo refletindo o passado produtivo não do indivíduo propriamente dito, mas de seu cônjuge.

Tabela 19 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	939,72	-309,82	622,45	1.256,98	-0,7870	0,435*
Renda H	1.249,53		512,92	1.986,14		
2012 Renda M	1.016,42	71,94	597,07	1.435,77	0,3125	0,755*
Renda H	944,49		743,15	1.145,83		

Fonte: Dados da pesquisa.

No valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal que os idosos recebiam, em 2012 (Tabela 19), foi possível observar que a diferença encontrada entre os dois grupos de R\$71,94 não é estatisticamente significativa ($T=0,3125$, $\text{sig}=0,755$, $p>0,05$). Nota-se que, ao nível de confiança de 95%

($p > 0,05$) aceita-se a hipótese de não haver diferenças de gênero no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, no ano de 2012.

No que se refere às diferenças de gênero no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos em 2012 utilizando o Log (Tabela 20), verifica-se que a diferença de -208455 observada entre os gêneros não é estatisticamente significativa ($T = -1,1286$, $sig = 0,266$, $p > 0,05$). Sendo assim, infere-se que tanto os homens quanto as mulheres recebiam igualmente no que se refere ao valor do rendimento de pensão. Isso se deve ao fato de o valor ser estabelecido por lei (Artigo 74 da Lei 8.213/91)³³.

Tabela 20 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal dos idosos reinseridos em 2012, utilizando o Log.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda Mulher	5.751927	-208455	5.610076	5.893778	-1,1286	0,266*
Renda Homem	5.960382		5.611639	6.309125		

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 21 mostram que, em 2002, a média do valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria dos idosos era de R\$4.302,11 e, em 2012, de R\$3.440,56, com diferença de R\$861,55, não sendo estatisticamente significativa ($T = 0,4480$, $sig = 0,657$, $p > 0,05$). O teste t aponta que os trabalhadores idosos recebiam igualmente com 95% confiança ($p > 0,05$) nos anos pesquisados. Muitos estudos apontam que há uma multiplicidade de fatores que influenciam a concentração de renda no país, dentre eles o mercado de trabalho e o desenvolvimento de redes de proteção social, com destaque para os programas de transferências de renda, como as pensões e outros programas sociais, cuja expansão foi notável a partir de 2001, principalmente nos anos 2003 e 2004 (SOUZA et al., 2014).

³³ Segundo o inciso V, do art. 203 da Constituição Federal, c.c. o art. 20 da Lei nº 8.742 /93, quais sejam: 1) ser pessoa portadora de deficiência que a incapacite para o trabalho, ou idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, conforme o artigo 34, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.471 /2003) e 2) não possuir meios de subsistência próprios ou de seus familiares, cuja renda mensal per capita deve ser inferior a ¼ do salário mínimo. Com tratamento igualitário, independente do gênero.

Tabela 21 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	4.302,11	861,55	681,79	7.922,42	0,4480	0,657*
Renda 2012	3.440,56		1.794,34	5.086,79		

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria (Tabela 22), verifica-se que a diferença de -3.616,28 observada nos dois grupos não é estatisticamente significativa (sig=0,084, $p>0,05$). Desse modo, evidencia-se que, com 95% de confiança, a renda podia variar de -6.867,09 a 8.841,46, incluindo o zero, o que contribui para a não rejeição da igualdade de médias. Infere-se, assim, que ambos os gêneros recebiam igualmente no que se refere ao valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria.

Tabela 22 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	987,19	-3.616,28	-6.867,09	8.841,46	-1,8109	0,084*
Renda H	4.603,46		654,45	8.552,47		
2012 Renda M	2.110,00	-2.367,84	940,19	3.279,82	-1,4503	0,170*
Renda H	4.603,46		1.053,22	7.902,45		

Fonte: Dados da pesquisa.

Já no que concerne as diferenças de gênero no valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria dos idosos reinseridos em 2012 (Tabela 22), verifica-se que a diferença de R\$-2.367,84 observada entre os grupos não é estatisticamente significativa (T=-1,4503, sig=0,170, $p>0,05$). Sendo assim, infere-se que tanto homens quanto mulheres recebiam igualmente no que se refere ao valor do rendimento de outro tipo de aposentadoria.

Em relação ao rendimento de outro tipo de pensão dos idosos (Tabela 23), a diferença de R\$-447,62 observada entre 2002 e 2012 não é estatisticamente significativa

($T=-0,7027$, $\text{sig}=0,491$, $p>0,05$). Com isso, compreende-se que, em ambos os anos analisados, os rendimento de outro tipo de pensão eram iguais.

Tabela 23 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de outro tipo de pensão dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	907,64	-447,62	92,41	1.722,88	-0,7027	0,491*
Renda 2012	1.355,25		189,02	2.521,49		

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 24 mostram que, em 2002, a diferença do valor do rendimento de outro tipo de pensão entre os dois grupos não é estatisticamente significativa ($T=1,6568$, $\text{sig}=0,151$, $p>0,05$). Desta forma, o teste t aponta que homens e mulheres reinseridos recebiam igualmente, com 95% confiança o rendimento, no ano de 2012.

Tabela 24 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de outro tipo de pensão dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	1.192,33	854,03	-87,15	2.471,78	1,6568	0,151*
Renda H	338,29		-238,49	915,07		
2012 Renda M	3.450,00	2.757,38	3.130,39	4.220,39	0,9021	0,531*
Renda H	692,63		221,14	1.164,12		

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas diferenças de gênero no valor do rendimento de outro tipo de pensão em 2012 (Tabela 24), foi possível observar que a diferença encontrada entre os gêneros não é estatisticamente significativa ($T=0,9021$, $\text{sig}=0,531$, $p>0,05$). Logo, ao nível de significância de 95% ($p>0,05$), aceita-se a hipótese de não haver diferenças entre os rendimentos provenientes de outro tipo de pensões entre homens e mulheres, no ano de 2012. Observou-se também que, quando comparadas as médias desse rendimento, entre 2002 e 2012 houve um aumento do valor do rendimento para ambos sexos.

Já no que se refere às diferenças no valor do rendimento de aluguel dos idosos reinseridos em 2002 e 2012, a diferença de R\$-1.837,28 observada nos dois anos, de

acordo com a Tabela 25, é estatisticamente significativa ($T=-2,4962$, $\text{sig}=0,014$, $p<0,05$). Logo, rejeita-se a hipótese de não haver diferença entre o rendimento de aluguel dos idosos, visto que observando-se as médias de ambos os anos, admite-se que, em 2002, o rendimento médio era de R\$1.683,99 menor do que o rendimento de 2012 com R\$3.521,28.

Tabela 25 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de aluguel dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	1.683,99	-1.837,28	1.305,17	2.062,83	-2,4962	0,014*
Renda 2012	3.521,28		2.105,87	4.936,69		

Fonte: Dados da pesquisa.

A média do valor do rendimento de aluguel (Tabela 26) das mulheres era de R\$1.602,18 e dos homens R\$1.702,51, com diferença de R\$-100,37, entre os dois grupos; ou seja, não é estatisticamente significativa ($T=-0,1386$, $\text{sig}=0,890$, $p>0,05$). Desta forma, o teste t aponta que homens e mulheres recebiam igualmente com 95% confiança o valor do rendimento de aluguel, no ano de 2012.

Tabela 26 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de aluguel dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	1.602,18	-100,37	1.550,51	3.048,77	-0,1386	0,890*
Renda H	1.702,51		1.354,81	2.050,20		
2012 Renda M	2.042,60	-1.282,36	968,81	3.116,39	-1,1744	0,244*
Renda H	3.521,28		1.382,25	5.267,67		

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise do teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de aluguel (Tabela 26), os resultados mostram que, em 2012, a média do valor do rendimento de aluguel das mulheres era de R\$2.042,60, enquanto que a dos homens era de R\$3.521,28, com diferença de R\$-1.282,36 entre os dois grupos; ou seja, não é estatisticamente significativa ($T=-1,1744$, $\text{sig}=0,244$, $p>0,05$). Dessa forma, o teste t

aponta que os homens e mulheres reinseridos recebiam igualmente com 95% confiança o rendimento de aluguel no ano de 2012.

A média do valor de doação de não morador (Tabela 27) dos idosos, em 2002, era de R\$328,48 e, em 2012, de R\$660,00, com diferença de R\$-331,553, entre os dois grupos; ou seja, não é estatisticamente significativa ($T=-1,8761$, $\text{sig}=0,126$, $p>0,05$). Desta forma, o teste t aponta que nos anos analisados os idosos recebiam igualmente com 95% confiança o valor de rendimento de doação de não morador.

Tabela 27 – Teste t para diferenças no valor de rendimento de doação de não morador dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	328,48	-331,553	244,87	412,21	-1,8761	0,126*
Renda 2012	660,00		182,33	1.137,68		

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 28 mostram que, em 2002, a média do valor do rendimento de pensão de doação de não morador para as mulheres era de R\$341,37 e dos homens R\$313,19, com diferença de R\$28,19 entre os dois grupos; ou seja, não é estatisticamente significativa ($T=0,3348$, $\text{sig}=0,741$, $p>0,05$) com 95% confiança. Sendo assim, homens e mulheres reinseridos recebiam o rendimento de doação de não morador igualmente. Desta forma, aceita-se a hipótese de não haver diferenças de rendimentos de doação de não morador.

Tabela 28 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de doação de não morador dos idosos reinseridos em 2002.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda M	341,37	28,19	231,55	451,19	0,3348	0,741*
Renda H	313,19		162,96	463,42		

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2012, a média do valor do rendimento de doação de não morador recebido pelas mulheres constituiu R\$650,00 e a masculina R\$700,00. O teste t para diferenças

de gênero no valor do rendimento de doação de não morador dos idosos reinseridos, em 2012, não pode ser realizado, uma vez que a amostra masculina não foi representativa.

Os valores de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos dos idosos reinseridos, segundo Hoffmann (2014), trata-se de uma mistura de rendas regressivas (como juros e dividendos) e progressivas (como Bolsa Família e BPC). Por meio do teste t observou-se que, em 2002 e 2012, a diferença de R\$-1.213,09 (Tabela 29), não é estatisticamente significativa ($T=-0,9838$, $sig=0,327$, $p>0,05$). Logo, aceita-se a hipótese de não haver diferença no valor do rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos, visto que observando-se as médias de ambos os anos, admite-se que, em 2002, o rendimento era igual ao de 2012.

Tabela 29 – Teste t para diferenças no valor do rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Renda 2002	931,43	-1.213,09	386,02	1.476,83	-0,9838	0,327*
Renda 2012	2.144,52		-245,39	4.534,42		

Fonte: Dados da pesquisa.

A média do valor dos juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos (Tabela 30) das mulheres era de R\$541,21 e dos homens R\$1.092,39, com diferença de R\$-551,19 entre os dois grupos, ou seja, não é estatisticamente significativa ($sig=0,248$, $p>0,05$), em 2002. Dessa forma, o teste t aponta que homens e mulheres recebiam igualmente com 95% confiança o rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos, no ano de 2002.

Tabela 30 – Teste t para diferenças de gênero no valor do rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos dos idosos reinseridos, em 2002 e 2012.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de Confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
2002 Renda M	541,21	-551,19	-68,69	1.151,10	-1,1613	0,248*
Renda H	1.092,39		359,34	1.825,44		
2012 Renda M	966,55	-2.971,46	41,57	1.891,53	-0,9605	0,343*
Renda H	3.938,00		2.297,86	10.173,86		

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao rendimento de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos que os idosos recebiam, normalmente, no mês de referência em 2012 (Tabela 30), foi possível observar que a diferença encontrada entre os gêneros de R\$-2.971,46 não é estatisticamente significativa ($T=-0,9605$, $sig=0,343$, $p>0,05$). Logo, ao nível de significância de 95% ($p>0,05$), aceita-se a hipótese de não haver diferenças entre os rendimentos provenientes de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos entre homens e mulheres, no ano de 2012, ou seja, os gêneros recebiam igualmente.

5. CONCLUSÕES

Esse estudo buscou caracterizar, o trabalho do idoso reinserido no mercado de trabalho, realizando uma análise comparativa entre os anos de 2002 e 2012, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), analisando as variações nas taxas de reinserção do idoso no mercado de trabalho e as características e rendimentos do trabalho realizado, numa perspectiva de gênero.

Os homens idosos representam a maioria dos reinseridos em ambos os anos pesquisados, o que evidencia a não reinserção ou a saída precoce da mulher do mercado de trabalho. O idoso reinserido é “jovem”, com idade entre 60 e 69 anos, branco, sendo a pessoa de referência e residente na região Sudeste.

Há um aumento no número de idosos que sabem ler e escrever no interstício de dez anos, sendo o ensino fundamental o predominante.

Os idosos trabalham, em sua maioria, por conta própria. No que tange ao número de horas trabalhadas por semana, em 2002, as mulheres eram a maioria no trabalho em “até 20 horas”; entretanto, em 2012, o maior percentual feminino correspondeu à jornada de “21 a 40 horas”. Em ambos os anos, os homens constituíram a maioria no trabalho de “21 a 40 horas”, que é a jornada de trabalho semanal da PEA. Em sua maioria, os idosos trabalhavam por conta-própria, seguido da ocupação de empregado.

Conclui-se com esse estudo, que os idosos buscam cada vez mais, permanecerem ativos por mais tempo. Há uma tendência de se aumentar o número de idosos reinseridos no mercado de trabalho, para ambos os sexos. Esse fenômeno pode ser explicado pelo aumento da longevidade; pela melhor qualidade de vida proporcionada pelo desenvolvimento da medicina e do acesso a informação; pela necessidade financeira própria ou para ajudar parentes, como filhos e netos; dentre outros.

O número de mulheres reinseridas está aumentando e, talvez, em decorrência as sua maior escolaridade e qualificação profissional, as diferenças de rendimentos para este segmento não existem. Tal realidade mudou muito no período de dez anos, uma vez que, em 2002, as diferenças de rendimentos eram acentuadas em relação ao valor do rendimento mensal do trabalho principal, de todos os trabalhos e aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal.

Pela escolha metodológica, pode-se apontar como uma limitação da pesquisa um melhor entendimento de quem é o idoso reinserido no mercado de trabalho. Sendo assim, faz-se necessário e imprescindível o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas sobre o “novo idoso brasileiro”, que permanece atuando no mundo laboral. Verifica-se que existem poucos estudos que abordam o idoso com autonomia e independência, sendo importante a execução de outras pesquisas, que possam complementar este estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCOUB, HILAINÉ. A chamada "nova classe média": cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes Antropológicos**, v.17, n.36, p. 197-231, 2011.

AGOSTINHO, C. S.; MÁXIMO, G. C. Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza. Anais... IN: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambú, MG. ABEP, 2006.

ALMEIDA, A. N. **Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na pesquisa de orçamento familiares 1995/1996**. 2002. 94 f.. Dissertação (Mestrado em Ciências, Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ALVES, A. M. **A Construção Social da Violência Contra os Idosos**. Disponível em: http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151759282001000200002&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 07 de fev. de 2015.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, E S. M. **Indicadores de desigualdade de gênero no brasil**. Dossiê – Análises quantitativas e indicadores sociais. Mediações, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, 2013.

ALVES, J. E. D.; MARTINE, G. **Gênero e desenvolvimento: desafios para a integração e atualização do Cairo**. Anales... In: CONGRESSO DA ALAP, Havana, 4, 2010. 2012.

ALONSO, F. R. B. Como envelhece uma população: uma análise demográfica dos componentes do crescimento populacional que conduziram ao acentuado e peculiar processo de envelhecimento da população do município de Santos-SP. Anais... IN: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambú, MG. ABEP, 2010.

AMARAL, N. A exploração dos idosos. **Jornal Gazeta Digital**. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/237810>>. Acesso em: 07 de fev. de 2015.

ANDRADE, A. S. C. Trabalho feminino e desvantagem social: Diferenciais de raça e cor no emprego doméstico. Anais... IN: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu, setembro de 2004.

ANJOS, G. **Família e divisão sexual do trabalho na agricultura brasileira**. n. 65. Porto Alegre: FEE, 2009.

ARENOSA, S. V. C. **Envelhecimento, contexto social e relações familiares: o idoso, de assistido a provedor da família**. 2008. 204 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

AREOSA, S. V. C.; BULLA, L. C. **Novas configurações familiares a partir do idoso como provedor**. In: III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/III Mostra/ServiceSocial/61703%20-%20SILVIA%20VIRGINI%20A%20C%20OUTINHO%20AREOSA.pdf>>. Acesso em: 30 de jan. de 2015.

ASHFORTH, B. **Role transitions in organizational life:** An identity based perspective. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2001.

ASSIS, R. H. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho.** CONVIBRA, VI Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2009. Disponível em: <http://www.convibra.org/2009/artigos/140_0.pdf> . Acesso em: 07 de fev. de 2015.

BENÍTEZ-SILVA, H.; HEILAND, F. Early claiming of social security benefits and labor supply behavior of older Americans. **Applied Economics**, v. 40, n. 23, p. 2969–2985, 2008.

BILAC, E. D. Trabalho e família: Articulações possíveis. Dossiê - Trabalho e Gênero: Controvérsias. **Revista Tempo Social**, v.26, n.1, p.12, 2014.

BOLETIM PAD. Perfil da população idosa de Minas Gerais. Boletim PAD-MG, 2011, **Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.** Ano 3, n. 6, p. 1-85, 2014.

BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Brasília: 2003. P. 68. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 07 de fev. de 2015.

BRENNAN, C.; CARMICHAEL, F.; INGHAM, B. and PRASHAR, A. **Ageism and employment:** a survey of the literature in the context of current research agendas. European Social Fund, Salford Business School, Discussion Paper, mar, 2007.

BRITO, F. C.; LITVOC, C. J. Conceitos básicos. In F.C. Brito e C. Litvoc (Ed.), **Envelhecimento – prevenção e promoção de saúde.** São Paulo: Atheneu, 2004, p.1-16.

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e trabalho:** o cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Vértice, 1990.

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 3, n. 2, p. 17, 2003.

CACHIONI, M.; AGUILAR, L. E. A convivência com pessoas idosas em instituições de ensino superior: a percepção de alunos da graduação e funcionários. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 79-104, 2008.

CAETANO, L. M. o Idoso e a Atividade Física. Horizonte: **Revista de Educação Física e desporto**, v.11, n. 124, p.20-28, 2006.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho.** Texto para Discussão 830. Rio de Janeiro: IPEA 2001.

CAMARANO, A. A.; MEDEIROS, M. Introdução In: **Muito além dos 60:** os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA 1999. p.1-15.

CAMARANO, A. A.; GHAOURI, S. K. Famílias com Idosos: ninhos vazios?. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, Anais... de 4 a 8 de novembro de 2002.

CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 49, p. 35-63, 2003.

CAMARANO, A.; MELLO, J.; PASINATO, M.; KANSO, S. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA Instituto de Pesquisa Economia Aplicada, Texto de Discussão 1038, 2004.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Aposentadoria, pressão salarial e desemprego por nível de qualificação. **Revista Brasileira de Economia**, v.62, n.3, p.10-19, 2008.

CAVALCANTE, T. **IBGE: com taxa de fecundidade baixa, Brasil tende a ser tornar país de idosos**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-17/ibge-com-taxa-de-fecundidade-baixa-brasil-tende-ser-tornar-pais-de-idosos>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 13 de jan. 2015.

CARRARA, A. F.; CORREA, A. L. O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. **Revista Economia Contemporânea**. v.16, n.3, Rio de Janeiro, 2012.

CARRERA-FERNANDEZ, J; MENEZES, W. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. **Revista Econômica do Nordeste**, v.32, n.1, p. 52-67, 2001.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.22, n.2, p. 27-35, 2005.

CARVALHO, J. A. M. e GARCIA, R. A. Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da Federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período (1985/2002). Anais... IN: **XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, MG, 2002.

CERQUEIRA, W. F. **Taxa de fecundidade no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/taxa-fecundidade-no-brasil.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

CINTRA, T. S.; RIBEIRO, D. F; ANDRADE, A. S. O cotidiano de aposentados que continuam trabalhando de maneira informal na indústria calçadista: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho atual. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.13, n.2, p. 277-287, 2010.

CIMIARI, F. **Na classe C, 82% dos idosos mantêm lar.** Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,na-classe-c-82-dos-idoso-s-mantem-lar,393382,0.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

CORREA, R. O.; LOPES, J. L. Mercado de trabalho informal: um comparativo entre Brasil e Paraná numa trajetória de “10” anos. Anais... IN: **IV EPCT Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, NUPEM Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar, 20 a 23 de Outubro de 2009.

COSTA, G. M. S. C.; BARBOSA, M.; BOAS, J. B. DE O. V. **Revista Kaleidoscópio**, v. 3, p. 01-18, junho, 2012.

COUtrim, R. M. E. C.; BOROTO, I. G.; VIEIRA, L. C.; MAIA, I. de O. O que os Avós Ensinam aos Netos? A influência da Relação Intergeracional na Educação Formal e Informal. Anais... IN: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, UFPE, Recife (PE), maio/junho de 2007.

CRUZ, J. M. de O.; FONTES, M. R.; SANTOS, J. M. de J.; BERGO, M. S. de A. A. Cuidados com idosos: percepção de idosos e de profissionais de saúde sobre maus tratos no espaço familiar. **Textos Envelhecimento**, v.6, n.2, p. 1-25, 2003.

DANCEY, C. P.; J. REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 3º Edição. Tradução: Lori Viali. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006.

DATA POPULAR. **Aumento de mulheres com carteira assinada supera alta no número de brasileiras.** Disponível em: <<http://www.datapopularadministradores.com.br/noticias/carreira/aumento-de-mulheres-com-carteira-assinada-supera-alta-no-numero-de-brasileiras/47041/>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

DIEESE, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DIAS, M. Portal Brasil. **Economia e Emprego: Aumento do emprego é uma das causas da rotatividade no trabalho no País.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/03/aumento-do-emprego-e-uma-das-causas-da-rotatividade-notrabalho-no-pais-diz-manoel-dias>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

DINIZ, A. **CLT - 70 anos: trabalhador comemora mais emprego.** Disponível em: <<http://www.ptnosenado.org.br/textos/52-novo-lider/26561-clt-70-anos-trabalhador-comemora-mais-emprego-neste-seu-dia>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

DUFLO, Esther. **Women’s empowerment and economic development**. National Bureau of Economic Research Working Paper, Cambridge, n. 17702, Dec. 2011.

FARIA, C. A. P. de. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.48, 2002.

FELIZ, C. **Com essa longevidade crescente, é um absurdo uma pessoa se aposentar com 50 anos de idade.** Jornal Gazeta. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/>>

_conteúdo/2012/02/noticias/a_gazeta/dia_a_dia/1124878-com-essa-longevidad-cresce-nte-e-um-absurdo-uma-pessoa-se-aposentar-com-50-anos-de-idade.html>. Acesso em: 07 fev. 2015.

FORTUNY, M. **O Desafio do Envelhecimento da População e o Papel Chave da Promoção do Emprego Produtivo e do Trabalho Decente para Todas as Idades – Tendências Demográficas**. In: Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade / organizador Juarez Correia Barros Júnior – 1.ed - São Paulo: Editora Edicon, 2009.

FRANÇA, L. H. de F. P.; MENEZES, G. S.; BENDASSOLLI, P. F.; MACEDO, L. S. S. Aposentar-se ou Continuar Trabalhando? O que Influencia essa Decisão? **Revista Psicologia, ciência e profissão**. v.33, n.3, p. 548-563, 2013.

FRANÇA, L. H. de F. P.; VAUGHAN, G. Ganhos e perdas na aposentadoria: percepção dos executivos brasileiros e neozelandeses. **Revista de Psicologia em Estudo**, v.13, n.2, p. 207-216, 2008.

FRANÇA, L. H. de F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a Aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v.29, n.4, p. 738-751, 2009.

FRANÇA, L. H. **Attitudes towards retirement: a cross-cultural study between New Zealand and Brazilian executives**. [PhD Thesis]. Auckland (NZ): The University of Auckland, Department of Psychology; 2004.

FRANÇA, M. S. J. **Potencial do "novo idoso" é pouco aproveitado no consumo**. Disponível em: <http://www.brasileconomico.com.br/noticias/potencial-do-novo-idoso-e-pouco-aproveitado-no-consumo_86143.html>. Acesso em: 07 fev. 2015.

FRAGA, P. C. P. **Diagnóstico socioeconômico da população idosa de Juiz de Fora**. Perfil do idoso residente na área urbana de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

FREITAS, D. G. de.; ROCHA, M. A. S.; SILVA, R. F. da.; BRENDA, V. **O idoso provedor de família**. Monografia. Presidente Prudente: Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, 2005.

FREITAS, W. de M. F.; SILVA, A. T. M. C.; COELHO, E. de A. C.; GUEDES, R. N. LUCENA, K. D. T.; COSTA, A. P. T. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Revista Saúde Pública**, v.43, n.1, p.14-26, São Paulo, 2009.

FLETCHER, W. **Beating the 24/7: How business leaders achieve a successful work/life balance**. [Electronic resource], John Wiley & Sons Canada, 2003.

FURTADO, A. **A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/ Consultoria legislativa, 2005.

GOLDSCHMIDT, R. Discriminação no mercado de trabalho: consciência e ações de resistência. **Revista Tribunal Regional do Trabalho**. v.48, n.78, p. 231-251, 2008.

GONÇALVES, A. S.; GONÇALVES, C. A.; SOUSA, J. M. M.; LORETO, M. D. S. A CENTRALIDADE DO TRABALHO FEMININO. Anais... **CONINTER** IN: **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Belo Horizonte, 08 a 12 de Outubro de 2013.

GRAGNOLATI, M.; JORGENSEN, O. H.; ROCHA, R.; FRUTTERO, A. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**: Implicações do Envelhecimento Populacional. Sumário Executivo, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/38171661302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.

GRUDZINSKI, S. C.; XAVIER, A. A. DE P.; MICHALOSKI, A.; KOVALESKI, J. L.; SANTOS JUNIOR, G. Transferência de conhecimento através da retenção das habilidades dos trabalhadores idosos. **Revista Espacios**. v. 34, n. 3, p. 5, 2013.

GUEDES, M. de C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. IN: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambú-MG– Brasil, Anais... 20-24 de Setembro de 2004.

GUEDES, G. R.; QUEIROZ, B. L.; VANWEY, L. K. Transferências intergeracionais privadas na Amazônia rural brasileira. **Economia e Sociedade Brasileira**. v.19, n. 2, p.33-40, 2009.

GUSSO, G. **Dia Internacional do Idoso**: Prevenção e cuidados com a saúde dos idosos. Disponível em: <<http://bemzen.uol.com.br/noticias/ver/2010/09/29/1609-dia-internacional-do-idoso>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

HAIR JÚNIOR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Análise Multivariada dos dados**. 5ª Edição. Traduzido por Adonai S. Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFFMANN, R. Fatos relevantes sobre a distribuição da renda no Brasil. IN: **52º Congresso da SOBER**, Goiânia, 27 a 30 de julho de 2014.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Revista Nova Economia**, v.12, n.5, p.35-58, 2004.

HURD, M. D.; SMITH, J. P.; ZISSIMOPOULOS, J. M. The effects of subjective survival on retirement and social security claiming. **Journal of Applied Econometrics**, v.19, n.6, p.761–775, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amostra de uso público do censo demográfico de 1980**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv16863.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. **Censo Demográfico 1991**: Famílias e Domicílios. Trabalho e Rendimento. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/78/cd_1991_n22_familias_domicilios_pr.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2000: Famílias e Domicílios. Resultados do Universo.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_brasil.shtm>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010: Famílias e Domicílios.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Brasil.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frmpiramide.php>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. **Estimativas da População 2010.** Censo Demográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amos_tra_areas_ponderacao/default.shtm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **O trabalho a partir dos cinquenta anos de idade.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendim ento/pme_nova/trabalho_50anos.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil: 2000.** Rio de Janeiro; 2002.

_____. **População envelhece em ritmo acelerado.** Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?idnoticia=1272&t=ibge-populacaobrasileira-envelhece-ritmo-acelerado&view=noticia>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população. Rio de Janeiro: **Estudos e pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, n. 21, 2007.

_____. Síntese de indicadores sociais: **Uma análise das condições de vida da população brasileira em 2009.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/default.shtm>>. Acesso em: 02 de jan. de 2015.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultmicro.shtm>. Acesso em: 04 jan. 2015.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002. **Síntese de Indicadores.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/sintesepnad2002.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012. **Síntese de Indicadores.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintesepnad2012.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

_____. 2014. **Série Históricas do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 07 fev. 2015.

_____. 2010. **Um Panorama da Saúde no Brasil:** Acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/panorama.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

INPES, Instituto de Pesquisas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul **Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC**, 2011. Disponível em: <www.uscs.edu.br/inpes.html. 2011>. Acesso em: 07 fev. 2015.

LAVINAS, L; SORJ, B. **O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras.** Parte do relatório intitulado: Trabalho a domicílio: novas formas de contratuais, OIT – Chile. Rio de Janeiro, 1997.

LEAL, S. M. R. A. **Importância das transferências e trocas com idosos no contexto familiar social – Teixeira-MG.** 2006. 88f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2006.

LEME, C.; WAJNMAN, S. Tendências de coorte nos diferenciais de rendimento por sexo. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LEONE, E. **O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras.** In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista brasileira estudos populacionais**, v.25, n.2, p. 233-249, 2008.

_____. População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico (2004-2008). In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Anais... Caxambu-MG, Brasil, setembro de 2010.

LIM, V.; FELDMAN, D. **The impact of time structure and time usage on willingness to retire and accept bridge employment.** International Journal of Human Resource Management, v. 14, n.7, p.1178-91, 2003.

KATE, S. K.; BHAPKAR, H. R. **Basics Of Mathematics**, Pune: Technical Publications, v.1, p.13, 2009.

KHOURY, H. T., FERREIRA, A., SOUZA, R., MATOS, A., & BARBAGELATA-GÓES, S. Por que os aposentados retornam ao trabalho? **Revista Kairós de Gerontologia**, v.13, n.1, p.147-165, 2010.

KIM, S.; FELDMAN, D. Working in retirement: The antecedents of bridge employment and its consequences for quality of life in retirement. **Academy of Management Journal**, v. 43, n.6, p.1195-1210, 2000.

KRELING, N. H. Envelhecimento, trabalho e renda: uma análise na Região Metropolitana de Porto Alegre. Trabalho e emprego. **Indic. Econ. FEE**, v. 36, n. 1, p. 67-76, 2008.

MAIA, A. G. Geografia do trabalho no Brasil. Confins, **Revista Franco Brasileira de Geografia**. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5950>;DOI:10.4000/confins.5950 >. Acesso em: 25 jan. 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Recife: UFPE, Série Debates, v.1, 1983.

MASSAD, E.; MENEZES, R. de X; SILVEIRA, P. S. P.; ORTEGA, N. R. S. **Métodos Quantitativos em Medicina**. Barueri, São Paulo: Ed. Monele Ltda, 2004.

MAURITTI, R.; MARTINS, S. DA C.; ANTUNES, A. S.; DA COSTA, A. F.; **Utilização de bases de microdados na investigação em ciências sociais**. Revista de Estatística (2002). Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/rn_art2_q2_2002.pdf>. Acesso em: 04 de jan. 2015.

MENDES M. R. S. B.; GUSMÃO J. L.; FARO A. C. M.; LEITE, R. C. B. O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Revista Acta Paul Enfermagem**, v.18, n.4, p.422-6, 2005.

MELO, N. C. V. de. O consumo por idosos em arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge: análise de dados da POF 2008/2009. 2013. p.84. **Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)**. Viçosa, 2013.

MELO, H. P. de. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en América Latina y el Caribe. CEPAL SPM. Brasília 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GêneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 01 de jan. 2015.

METE, C., SCHULTZ, T. P., **Health and labor force participation of the elderly in Taiwan**. Yale: Yale University/Economic Growth Center, 2002. (Discussion paper; 846).

MIRANDA, D. **Logaritmo**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/matemática/logartimo.htm>>. Acesso em: 01 de jan. 2015.

MOTTA, A. D. Envelhecimento Masculino: Trabalho, Aposentadoria e Participação Social. In: **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. – 1.ed - São Paulo: Editora Edicon, 2009.

MOUNTIAN, A. G.; Diaz, M. D. M. Transição ocupacional de trabalhadores mais velhos no Brasil. In: **1º Seminário de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento**. Anais... Disponível em: <http://prpg.usp.br/dcms/uploads/arquivos/cpgipe@usp.br/Andr%C3%A9%20Gal%20Mountian_%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20ocupacional%20de%20trabalhadores%20mais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 01 de jan. 2015.

NASCIMENTO, A. J. R. do.; SOUZA, M. R. de. As mulheres idosas e o mercado de trabalho. IN: **I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**. Anais... Goiânia, fevereiro de 2006.

OLIVEIRA, P. de S. **Vidas Compartilhadas: o universo cultural nas relações entre avós e netos**. 1993. p.213. Tese. Doutorado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, R. de C.; OLIVEIRA, F. da S.; SCORTEGAGNA, P. A. **Pedagogia Social: possibilidade de empoderamento para o idoso**. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, Mar. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Base de dados global de la OMS**. Disponível em: <<http://www.who.int/countries/bra/es/>>. Acessado em: 26 de jan. 2015.

_____. **Dados internacionais de catalogação na publicação** - Biblioteca da OMS: Guia Global: Cidade Amiga do Idoso, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/GuiaAF_CPortuguese.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A abordagem da OIT sobre a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho**. 2010, Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/trabalho_domestico_nota_1_561.pdf> Acesso em: 01 jan. 2015.

PACHECO, Jaime Lisandro. Trabalho e aposentadoria. In: PY, Ligia et al. (Org.). **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: Nau 2004. p. 201-224.

PAZELLO, E. T.; A Maternidade Afeta o Engajamento da Mulher no Mercado de Trabalho? Um Estudo Utilizando o Nascimento de Gêmeos como um Experimento Natural. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 507-538, 2006.

PLANALTO. **Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acessado em 26 de jan. de 2015.

PEIXOTO, C. E. O trabalho depois dos 60 anos: condições socioeconômicas e contexto familiar dos aposentados brasileiros. In: **Família, Gênero e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas**. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 2002.

POLETTINI, M. R. N. **Idoso: proteção e discriminação no trabalho**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/marcia_regina_negrisoli_fernandez_polettini.pdf>. Acessado: em 26 de jan. de 2015.

PORTAL BRASIL. **Saúde: Brasil fará parte de pesquisa internacional sobre idoso**. <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/10/brasil-fara-parte-de-pesquisa-internacional-sobre-idoso>>. Acessado em 26 de jan. de 2015.

QUEIROZ, V. dos S.; RAMALHO, H. M. de B.; MONTE, P. A. do. A inserção do idoso no mercado de trabalho: evidências a partir da duração do desemprego no Brasil. IN: **XVII Encontro Regional de Economia**, Fórum BNB de Desenvolvimento – ANPEC, Fortaleza, 2012.

QUEIROZ, V. dos S.; RAMALHO, H. M. de B.; A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil. **Revista Economia Selecta**, v.10, n.4, p.817–848, dezembro 2009.

RAMOS, E. L.; SOUZA, N. V. D. O.; CALDAS, C. P. **Qualidade** de vida do idoso trabalhador. **Revista Enfermagem**, v.16, n.4, p. 507-11, 2008.

RESTOM, T. **Previdência Social registra maior participação de mulheres**. Jornal A Tribuna. Disponível em: <<http://www.atribuna.com.br/mobile/economia/previdencia-social-registra-maior-participacao-de-mulheres-1.365211>>. Acessado em: 20 jan. 2015.

RODRIGUES, N. C. Aspectos sociais da aposentadoria. In C. R. Schons & L. S. Palma (Org.), **Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social** Passo Fundo, RS: UPF, 2000, p.21-25.

SABOIA, A. L.; CUNHA, L. M. P. **A Importância do Autoconsumo e da Não Remuneração na Ocupação dos Idosos Brasileiros**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_597.pdf>. Acessado em 26 de jan. de 2015.

SANCHES, S. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. Dossiê Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. **Revista Estudos Feministas**, v.17, n.3, 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n.2, Porto Alegre, 1990, p.6.

SEADE, FUNDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Mulheres Aposentadas de 40 anos e mais**. Portal de Estatísticas. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/mulher/index.php?bole=15&tip=03#v10>>. Acessado em 21 de jan. de 2015.

SENA, M. DE F. DE; GONZÁLEZ, J. G. T.; MARCO AURÉLIO ÁVILA, M. A. Turismo da terceira idade: análises e perspectivas. **Caderno Virtual de Turismo**. v.7, n.1, 2007.

SOMATÓRIO PESQUISA. **Pesquisa mostra que idosos estão mais independentes**. Disponível em: <<http://www.institutosomatorio.com.br/pqcd.html>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

SOUZA, E. L. da C. **A relação entre inserção na informalidade e trabalho infantil no mercado de trabalho Paranaense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Toledo, 2011.

SOUZA, J. A. V.; FREITAS, M. C. de.; QUEIROZ, T. A. de.; Violência contra os idosos: análise documental. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v.60, n.3, p. 79, 2007.

SOUZA; S. de C. I.; BAPTISTELLA, J. C. F.; FERREIRA, C. R.; GABRIEL, F. B. de A. **Concentração de renda nas macro-regiões brasileiras:** estudo do período 2003 – 2006. Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/131.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SORJ, B.; FONTES, A.; , D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no brasil. **Cadernos de Pesquisa.** v. 37, n. 132, 2007.

SIEVERT, M.; VIEIRA, T. J. Nova geração de idosos: um consumidor a ser conquistado. Anais... O papel da Comunicação midiática na inclusão do idoso, IN: **X Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde-UMESP.** Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/media/wiki/images/6/63/Nova_geracao_de_idosos.pdf>. Acessado em: 28 jan. 2015.

SILVA, P. A.; KERBER, N. P. da C.; SANTOS, S. S. C.; OLIVEIRA, A. M. N.; SILVA, M. R.; LUZ, G. S. A violência contra a mulher no âmbito familiar: estudo teórico sobre a questão de gênero. **Enfermagem global.** v.11, n.26, 2012.

STANDING, G. **O precariado:** a nova classe perigosa. Tradução Cristina Antunes, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 285 p.

STATA CORP. **Stata Statistical Software,** Versão 12. Licenciado para Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, UFV, 2014.

THEODORO, M. I.; SCORZAFAVE, L. G. Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. **Revista Brasileira de Economia,** v.65, n.1, p. 93-109, 2011.

TREZZA, B. M. **Saúde e equilíbrio:** autonomia e independência, qual a diferença? Disponível em: <http://www.portalterceiraidade.com.br/dialogo_aberto/saude_equilibrio/anteriores/anterior0073.htm>. Acesso em: 07 fev. 2015.

TRENTO, G. **Idosos e mercado de trabalho:** um estudo sobre os idosos aposentados que continuam trabalhando formalmente no comércio do centro de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2008.

VIANNA, S. M. **Demografia e saúde em países selecionados da América Latina.** Disponível em: <<http://www.capacidadeshumanas.org/wpcontent/uploads/2013/01/08/DemografiaSaudeSolonMagalhaes1.pdf>>. Acessado em: 28 jan. 2015.

VITALE, M. A. F. Socialização e Família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do C. B. de (org.). **Família Contemporânea em Debate.** São Paulo: Cortez. 2000.

XIMENES, M. A. **Os mais velhos no mercado de trabalho.** Revista Portal de divulgação, n.1, Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.com/revistanova/index.php/revistaportal/article/viewFile/31/31>>. Acesso em: 30 de mar. de 2015.

XIMENES, M. A.; CÔRTE, B.; CONTI, M. H. S. de.; ALMEIDA, S. N. D. de.; CARNAZ, L.; FERREIRA, L. Reflexão sobre o trabalho, ócio, lazer e o tempo livre de idosos na contemporaneidade. **Revista Kairós Gerontologia**, v.15, n.8, p.67-81, 2012.

ZORZIN, P. L. G.; WAJNMAN, S.; TURRA, C. M. Texto para discussão nº 448: **Previdência Social e Desigualdade Racial no Brasil**, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2011.

WALKER, A. Trabalhadores mais velhos e Envelhecimento Ativo na Europa. **Revista Estudos Interdisciplinares de Envelhecimento**, v. 8, p. 7-33, 2005.

APÊNDICE

Tabela 31 – Perfil socioeconômico dos idosos reinseridos no mercado de trabalho em 2002 e 2012.

VARIÁVEIS	IDOSO EM 2002		IDOSO EM 2002	
	N	%	N	%
IDADE (ANOS)				
60 a 69 anos	980.702	67%	1.448.698	70%
70 a 79 anos	431.955	29%	538.703	26%
Acima de 80 anos	60.582	4%	88.434	4%
SEXO				
Feminino	382.911	25,99%	668.498	32,20%
Masculino	1.090.328	74,01%	1.407.337	67,80%
COR OU RAÇA				
Branca	938.554	63,71%	1.254.042	60,41%
Preta	81.972	5,56%	158.506	7,64%
Amarela	20.949	1,42%	23.769	1,15%
Parda	430.098	29,19%	634.449	30,56%
Indígena	1.666	0,11%	5.069	0,24%
REGIÕES				
Norte	72.501	4,92%	104.670	5,04%
Nordeste	247.697	16,81%	393.815	18,97%
Sudeste	679.729	46,14%	1.023.473	49,3%
Sul	413.354	28,06%	472.480	22,76%
Centro-Oeste	59.958	4,07%	81.397	3,92%
SABE LER E ESCREVER				
Sim	1.164.593	79,05%	1.799.698	86,7%
Não	308.070	20,91%	276.137	13,3%
ESCOLARIDADE				
Ensino Fundamental	890.735	60,46%	1.162.692	56,01%
Ensino Médio	140.560	9,54%	315.116	15,18%
Ensino Superior	170.313	11,56%	325.612	15,69%
Pós-Graduação	8.577	0,58%	39.121	1,88%
Não Informou	263.054	17,86%	233.294	11,24%
CONDIÇÃO NA UNIDADE DOMICILIAR				
Pessoa de referência	1.214.565	82,44%	1.579.245	76,08%
Cônjuge	195.733	13,29%	397.525	19,15%
Filho	2.838	0,19%	8.673	0,42%
Outro parente	52.995	3,60%	75.386	3,63%
Agregado	2.597	0,18%	6.489	0,31%
Pensionista	196	0,01%	1.061	0,05%
Empregado doméstico	4.315	0,29%	7.456	0,36%

Fonte: Dados da pesquisa.

Do file - STATA

```
_____ (R)
 /_ / ___/ / ___/
___/ / /___/ / /___/ 12.0 Copyright 1985-2011 StataCorp LP
Statistics/Data Analysis StataCorp
4905 Lakeway Drive
Special Edition College Station, Texas 77845 USA
800-STATA-PC http://www.stata.com
979-696-4600 stata@stata.com
979-696-4601 (fax)
```

Single-user Stata network perpetual license:

Serial number: 93611859953

Licensed to: Cynthia

COPADES

Notes:

```
1. (/v# option or -set maxvar-) 5000 maximum variables
. do "C:\Users\USURIO~2\AppData\Local\Temp\STD00000000.tmp"
end of do-file
```

```
*****BASE DE DADOS DA PNAD*****
***SALVAR A UNIÃO DOS DOIS ANOS (2002 e 2012). save *****
"C:\Users\Usuário\Desktop\Cynthia\teste\renda200212.dta"
file C:\Users\Usuário\Desktop\Cynthia\teste\renda200212.dta saved
```

```
*****DIRECIONAR O DIRETÓRIO DO COMPUTADOR***
cd "C:\Users\Usuário\Desktop\PNAD2012 DADOS\Dados"
clear
```

```
***PARA SUBSTITUIR OS VALORES 99999999 (QUE O PROGRAMA NÃO LÊ,
POR "PONTO ")***
```

```
. sort rend_prin_01
```

```
***PARA ARREDONDAR OS VALORES E SUBSTITUIR "1.00e+"***
. replace rend_prin_01=. if rend_prin_01>=1.000e+11
```

*****BASE DE PESSOAS*****

#delimit;

infix ano 1-4 uf 5 controle 5-12 serie 13-15 ordem 16-17 sexo 18 idade 27-29
cond_un_do 30 cond_fam 31 raça 33 sab_ler_esc 69 ///

curs_elev 79-80 exer_trab 149 nu_trab_se 153 posi_ocup 297 seto_empr 300 are_empr
301 rend_prin 686-697 rend_todos 698-709 ///

tip_est_trab 351 nu_h_trab 355-356 contr_inst_prev 357 red_n_prov_trab 513
rend_inst_prev 514-515 val_apos 516-527 rend_pens 528-529 ///

val_pens 530-541 rend_out_apo 542-543 val_out_apo 544-555 rend_out_pen 556-557
val_out_pens 558-569 abo_perm 570-571 val_abo_per 572-583 ///

rend_alug 584-585 val_alug 586-597 doac_rece 598-599 val_doa 600-611 jur_cad_pou
612-613 val_cad 614-625 po_ocu_pri 668-669 cod_cens 751 ///

peso 752-756

using PES2012.txt, clear;

*****ORDEAR OS DADOS DE PESSOAS/CRIAÇÃO DE ID*****

sort controle serie

gen IDLAR=uf+controle/100000+serie

gen fatorex=int(peso)

*****CRIAÇÃO DO IDOSO*****

gen idoso=1 if idade>60

replace idoso=0 if idoso==.

PERMANECER COM A IDADE ACIMA DE 60 ANOS

keep if idade>=60

CONDIÇÃO NA UNIDADE DOMICILIAR

recode cond_un_do (2=0)(0=1)

label define cond_un_do 0

label values cond_un_do cond_un_do

URBANO

recode cod_cens (2=0) (0=3)

label define cod_cens 0 "urbana1" 4 "urbana2" 6 "urbana3"

label values cod_cens cod_cens

urbana1=Cidade ou vila, área urbanizada

urbana2=Cidade ou vila, área não urbanizada

urbana3=Área urbana isolada

URBANO

gen urbano=1 if sitcensitaria==1 | sitcensitaria==2 | sitcensitaria==3

replace urbano=0 if urbano==.

label define urbano 1 "urbano" 0 "rural"

label values urbano urbano

***RECEBIA RENDIMENTO DE APOSENTADORIA DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA OU DO GOVERNO FEDERAL***

recode rend_inst_prev (1=0) (0=1)

label define rend_inst_prev 0 "sim"

label values rend_inst_prev

SEXO masculino = 1 feminino = 0 *

recode sexo(2=1)(4=0)

recode idade (999=.)

recode curs_elev (17=.)

label define sexo 0 "mulher" 1 "homem"

label values sexo sexo

RAÇA

recode raça (2=0) (0=10)

label define raça 0 "branca" 4 "preta" 6 "amarela" 8 "parda" 10 "indígena" 9 "sem
declaração"

label values raça raça

*****UNIDADE DA FEDERAÇÃO:UF 5*****

Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste

NORTE: 11 Rondônia, 12 Acre, 13 Amazonas, 14 Roraima, 15 Pará, 16 Amapá e 17 Tocantins

NORDESTE: 21 Maranhão, 22 Piauí, 23 Ceará, 24 Rio Grande Do Norte, 25 Paraíba, 26 Pernambuco, 27 Alagoas, 28 Sergipe e Bahia 29

SUDESTE: 31 Minas Gerais, 32 Espírito Santo, 33 Rio De Janeiro e 34 São Paulo

SUL: 41 Paraná, 42 Santa Catarina e 43 Rio Grande do Sul

CENTRO-OESTE: 50 Mato Grosso do Sul, 51 Mato Grosso, 52 Goiás e 53 Distrito Federal

***NORTE

gen norte=1 if uf>=11 & uf<=17

replace norte=0 if norte==.

***NORDESTE

gen nordeste=1 if uf>=21 & uf<=29

replace nordeste=0 if nordeste==.

***SUDESTE

gen sudeste=1 if uf>=31 & uf<=35

replace sudeste=0 if sudeste==.

***SUL

gen sul=1 if uf>=41 & uf<=43

replace sul=0 if sul==.

***CENTRO-OESTE

gen centrooeste=1 if uf>=50 & uf<=53

replace centrooeste=0 if centrooeste==.

label define regiões 5 "norte" 4 "nordeste" 3 "sudeste" 2 "sul" 1 "centrooeste"

label values regiões regiões

****CRIAÇÃO DO IDOSO REINSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO****AMOSTRA****

. gen idoso=1 if idade>=60

. replace idoso=0 if idoso==.

end of do-file

. keep if idade>=60

```

. keep if idade<=113
end of do-file

. label define exer_trab 0 "parte ignorada" 1 "sim" 3 "não"

. label values exer_trab exer_trab

. keep if exer_trab==1
end of do-file

. recode sexo(2=1)(4=0)

. label define sexo 0 "mulher" 1 "homem"

. label values sexo sexo
end of do-file

. gen urbano=1 if cod_cens==1 | cod_cens==2 | cod_cens==3

. replace urbano=0 if urbano==.

. label define urbano 1 "urbano"

. label values urbano urbano

. keep if urbano==1
end of do-file

. label define rend_inst_prev 1 "sim" 0 "não aplicável"

. label values rend_inst_prev rend_inst_prev

. keep if rend_inst_prev==1
end of do-file

. recode raça (2=0) (0=10)

. label define raça 0 "branca" 4 "preta" 6 "Amarela" 8 "parda" 10 "indígena" 9 "sem
declaração"

. label values raça raça

***GRAFICO DE BOX***

graph box logrenda2002
graph box logrenda2012

*** PERCENTIS, VARIANCIA, ASSIMETRIA E CURTOS***

sum logrenda2002, d
sum logrenda2012, d

```

DEFLATOR DE RENDIMENTO IPCAATUALIZADO***

```
g renda2002=(rend_prin)
g renda2012=(rend_prin_01)
g rend2002ipc= rend_prin*(184.5208/100)
```

TEST T PARA AMOSTRAS INDEPENDENTES

```
ttest rend2002ipc= val_out_apo_01, unpair unequal
. ttest renda2002ipc, by(sexo) unpair unequal
. ttest renda2012, by(sexo) unpair unequal
reg rend_prin_01 sexo_01
```

TESTE T PARA COMPARAR E RENDA DE 2012 E 2002

```
ttest logrenda2012=logrenda2002, unpair unequal
```

PARA COMPROVAR QUE A RENDA É DIFERENTE

```
sum rend_prin_01 rend_prin
```

HISTOGRAMA

```
hist rend_prin_01 (bin=35, start=0, width=10000)
```

PARA REDUZIR OS VALORES DISCREPANTES

```
. graph box rend_prin_01
. graph box rend_prin_01 if rend_prin_01<5000
```

PARA COMPROVAR QUE A RENDA É DIFERENTE (MÉDIA DE H e M)

```
. sum logrenda2012, d
```

PARA CORRIGIR O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DA FREQUENCIA

```
g logrenda2012=log(rend_prin_01)
. hist logrenda2012
(bin=34, start=0, width=.37546144)
. graph box logrenda2012
```

Criar VARIÁVEL SEM O LOG

CRIAR A VARIÁVEL LOG RENDA 2002. g logrenda2002=log(rend_prin)

g logrenda2012=log(rend_prin_01)

CONDIÇÃO NA FAMÍLIA

1 Pessoa De Referencia, 2 Conjugue, 3 Filho, 4 Outro Parente,

Não Parente: 5 Agregado, 6 Pensionista, 7 Empregado Doméstico E 8 Parente Do Empregado Doméstico

SABE LER E ESCREVER

label define sab_ler_esc 1 "sim" 3 "não"

> label values sab_ler_esc sab_ler_esc

> replace sab_ler_esc=0 if sab_ler_esc==.

CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU (NÍVEL DE ESCOLARIDADE)

curs_elev gen ensinofund=1 if curs_elev==1 | curs_elev==2 | curs_elev==4 |
curs_elev==6 | curs_elev==10 | curs_elev==11 | curs_elev==12 | curs_elev==13

replace ensinofund=0 if ensinofund==.

tab ensinofund

gen ensinomedi=1 if curs_elev==3 | curs_elev==5 | curs_elev==7

replace ensinomedi=0 if ensinomedi==.

tab ensinomedi

gen ensinoup=1 if curs_elev==8

replace ensinoup=0 if ensinoup==.

tab ensinoup

gen posgrad=1 if curs_elev==9

replace posgrad=0 if posgrad==.

tab posgrad

egen ensino=group(ensinofund ensinomedi ensinoup posgrad)

label define ensino 2 "pós-graduação" 3 "ensino superior" 4 "ensino médio" 5 "ensino fundamental" 1 "não declarou"

label values ensino ensino

replace ensino=1 if ensino==.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

label define posi_ocup 1 "empregado" 2 "trabalhador doméstico" 3 "conta-própria" 4 "empregador" 5 "trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar" 6 "outro trabalhador não remunerado" 7 "trabalhador na construção para a o próprio uso" 9 "ignorado"

label values posi_ocup posi_ocup

replace posi_ocup=0 if posi_ocup==.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL

label define empregado com carteira" "militar" "funcionário público estatutário" "outros empregados sem carteira"

"trabalhador doméstico com carteira" "trabalhador doméstico sem carteira" "trabalhador doméstico sem declaração de carteira" "conta-própria"

"empregador" "trabalhador na produção para o próprio consumo" "trabalhador na produção para o próprio uso" "não remunerado"

label values posi_ocup_pri posi_ocup_pri

replace posi_ocup_pri=0 if posi_ocup_pri==.

***TIPO DE ESTABELECIMENTO OU ONDE EXERCIDO ESSE TRABALHO:
RETIRAR FAZENDA SÍTIO, GRANJA, CHÁCARA, ETC***

recode tip_est_trab (2=0) (0=7)

label define tip_est_trab 0 "loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc" 4 "no domicílio em que morava" 6 "em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês" 8 "em local designado pelo empregador, cliente ou freguês" 10 "em veículo automotor" 12 "em via ou área pública" 14 "outro"

label values tip_est_trab tip_est_trab

NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS POR SEMANA

keep if nu_h_trab>=0

keep if nu_h_trab<=9999999999

VALOR DO RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL

keep if rend_prin>=0

keep if rend_prin<=9999999999

VALOR DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS

keep if rend_todos>=0

keep if rend_todos<=9999999999

VALOR 1 RENDIMENTO DE APOSENTADORIA

keep if val_apos>=0

keep if val_apos<=9999999999

VALOR 2 RENDIMENTO DE PENSÃO

keep if val_pens>=0

keep if val_pens<=9999999999

VALOR 3 RENDIMENTO DE OUTRO TIPO DE APOSENTADORIA

keep if val_out_apo>=0

keep if val_out_apo<=9999999999

VALOR 4 RENDIMENTO DO OUTRO TIPO DE PENSÃO

keep if val_out_pens>=0

keep if val_out_pens<=9999999999

***VALOR 5 RENDIMENTO DE ABONO DE PERMANENCIA ***

keep if val_abo_per>=0

keep if val_abo_per<=9999999999

VALOR 6 RENDIMENTO DE ALUGUEL

keep if val_alug>=0

keep if val_alug<=9999999999

VALOR 7 RENDIMENTO DE DOAÇÃO DE NÃO MORADOR

keep if val_doa>=0

keep if val_doa<=9999999999

VALOR 8 DE JUROS DE CADERNETA DE POUPANÇA

keep if val_cad>=0

keep if val_cad<=9999999999